



Diário Oficial

ELETRÔNICO

Nº 1210

João Pessoa - Segunda-feira, 12 de dezembro de 2016

Ministério Público da Paraíba

ATOS DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2016 João Pessoa, 12 de dezembro de 2016

MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO A ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2016

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº AUTO: 2016/13753 Nº DOC: 504391

OBJETO: Visa ao aperfeiçoamento da atividade de profissionais de engenharia, membros e servidores do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e a execução de ações complementares de interesse comum, com o objetivo de garantir a implementação das exigências de acessibilidade previstas na legislação brasileira.

1º PARTÍCIPE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA – MPPB.

2º PARTÍCIPE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – CNMP.

3º PARTÍCIPE: CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CONFEA

VIGÊNCIA: A partir do respectivo extrato no Diário Oficial da União, pelo CNMP.

DATA DA ASSINATURA: 24 de novembro de 2016.

EMBASAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93.

João Pessoa, 12 de dezembro de 2016.

BERTRAND DE ARAÚJO ASFORA
Procurador-Geral de Justiça

EDITAL Nº 04/2016

João Pessoa, 12 de dezembro de 2016
MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
EDITAL DE INSCRIÇÃO Nº 04/2016

Considerando a celebração de Convênio firmado entre o Ministério Público do Estado da Paraíba e a Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, para que os alunos regularmente matriculados no curso superior de Ciências da Computação possam concorrer a vagas de estágio curricular não-obrigatório na sua área de estudo, a ser desempenhado no Laboratório Analytics da UFCG.

O Ministério Público do Estado da Paraíba, através da sua Diretoria Administrativa e do GAECO – Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado, no uso de suas atribuições, no sentido de viabilizar a realização de estágio em referência

RESOLVE abrir inscrição para seleção de estagiários, respeitado as disposições descritas no presente Edital.

I. INSTRUÇÕES GERAIS

1. O processo seletivo destina-se à contratação de estagiários de nível superior, para desempenho de funções no Ministério Público do Estado da Paraíba, com o respectivo quadro de vagas e com lotação no Laboratório Analytics da UFCG:

Curso Superior: Ciências da Computação
Número de Vagas: 05 (cinco)

2. Os pré-requisitos para inscrição neste processo seletivo são:

2.1. Estar regularmente matriculado em Curso Superior de Ciências da Computação, da Instituição de Ensino Superior conveniada, qual seja, UFCG, com frequência efetiva;

2.2. Coeficiente de rendimento escolar mínimo de 6,0 (seis);

2.3. O estudante deverá ter concluído pelo menos o:

a) 3º período e desde que não conte com mais de uma dependência de aprovação em qualquer disciplina de período anterior para os graduandos em Ciências da Computação;

2.4. Quando da convocação, o estudante deverá ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

2.5. Quando da convocação, o candidato deverá ter disponibilidade de estagiar por no mínimo 6 (seis) meses.

3. As atribuições básicas dos candidatos aprovados na seleção do estágio estarão relacionadas com a sua formação profissional. Neste sentido, o GAECO – Grupo de Ação Especial Contra o Crime Organizado do Ministério Público do Paraíba, fixou as atividades que serão desenvolvidas pelos estagiários, bem como os conhecimentos necessários para o desempenho das respectivas funções, conforme dados abaixo:

Setor: Laboratório Analytics da UFCG

Atividades: Desenvolvimento de atividades de soluções analíticas de dados abertos, de acordo com o princípio da ciência de dados, além de outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade que venham a ser determinadas.

Conhecimentos: Programação I; Laboratório de Programação I; Programação II; Laboratório de Programação II; Probabilidade e Estatística; Estruturas de Dados; e Laboratório de Estruturas de Dados.

II. DA PRÉ-INSCRIÇÃO E DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO

1. Os estudantes interessados em se inscrever neste processo seletivo, deverão, inicialmente, realizar a pré-inscrição, preenchendo a Ficha de Inscrição para Estágio, disponibilizada no site do Ministério Público do Estado da Paraíba, no seguinte endereço eletrônico: <http://www.mppb.mp.br/index.php/concursos>, no período das 12h do dia 19 de dezembro de 2016 até as 19h do dia 29 de dezembro de 2016, considerando-se como extemporânea e sem validade qualquer inscrição feita fora desse período.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Bertrand de Araújo Asfora
1º Subprocurador-Geral de Justiça
Valberto Cosme de Lira
2º Subprocurador-Geral de Justiça
Valberto Cosme de Lira
Corregedor-Geral do Ministério Público:
Luciano de Almeida Maracaja
Secretário-Geral:
João Artlindo Correa Neto

PROCURADORIAS CÍVEIS

Janete Maria Ismael da Costa Macedo
Vasti Clea Marinho da Costa Lopes
Herbert Douglas Targino
Lucia de Fatima Maia de Farias
Nelson Antonio Cavalcante Lemos
Valberto Cosme de Lira
Doriel Veloso Gouveia
Marcus Vilar Souto Maior
Alcides Orlando de Moura Jansen
Jose Raimundo de Lima
Marilene de Lima Campos de Carvalho
Jacilene Nicolau Faustino Gomes

PROCURADORIAS CRIMINAIS

Jose Marcos Navarro Serrano
Jose Roseno Neto
Katia Rejane Medeiros Lira Lucena
Álvaro Cristiano Pinto Gadelha Campos
Luciano de Almeida Maracaja
Francisco Sagres Macedo Vieira
Maria Lurdélia Diniz de Albuquerque Melo

CONSELHO SUPERIOR

Bertrand de Araújo Asfora (Presidente)
Luciano de Almeida Maracaja
João Artlindo Correa Neto

OUIDORIA

Doriel Veloso Gouveia



Ministério
Público da
Paraíba

Rua Rodrigues de Aquino, s/n, Centro.
CEP:58013-030. Fone: (83)2107-6000.
E-mail: pgj.ascom@mp.pb.gov.br
Site: www.mp.pb.gov.br

1.1. Para efetuação das inscrições, é obrigatório o encaminhamento de:

- a) Formulário de inscrição devidamente preenchido;
- b) Histórico Escolar atualizado, constando o período que o estudante encontra-se cursando, bem como o Coeficiente de Rendimento Escolar;

1.2. O candidato deverá encaminhar os documentos supracitados por e-mail (estagio@mp.pb.gov.br) ou pessoalmente, na Diretoria Administrativa do Ministério Público do Estado da Paraíba, situado na Rua Treze de Maio, 677 - Anexo V, Bairro Centro, CEP: 58013-000, nos horários de 12h às 19h, de segunda-feira a quinta-feira, e das 07h às 13h, nas sextas-feiras.

1.3. Caso a inscrição seja efetuada através do e-mail, o candidato deverá observar o e-mail de confirmação da inscrição por parte do Ministério Público do Estado da Paraíba, e caso não receba, deverá comunicar-se o mais breve possível com a Diretoria Administrativa, através dos seguintes telefones de contato: (83) 2107-6068 / (83) 2107-6078.

1.4. O Ministério Público do Estado da Paraíba não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

1.5. Caso o histórico escolar não demonstre claramente o Coeficiente de Rendimento Escolar do estudante e/ou o período de curso, pré-requisitos exigidos no Tópico I, item 2, do presente Edital, o candidato deverá apresentar declaração expedida pela Instituição de Ensino conveniada, informando de forma clara e inequívoca, a comprovação do requisito exigido.

1.6. O documento comprobatório do requisito exigido no Tópico II, item 1.1, alínea "b", deverá conter carimbo e assinatura do responsável e documento eletrônico deverá constar a assinatura digital ou código de autenticidade.

1.7. Instrumento de mandato, no caso de inscrição realizada por procurador:

1.7.1. A procuração deverá ser assinada pelo candidato, em nome do procurador e entregue acompanhado de cópia da carteira de identidade do candidato e do procurador, sem necessidade reconhecimento de firma, assumindo o candidato total responsabilidade pelas informações prestadas.

1.8. As informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, dispondo o Ministério Público do Estado da Paraíba do direito de excluir do processo seletivo aquele que fornecer dados comprovadamente inverídicos.

1.9. O prazo das inscrições poderá ser prorrogado, através de extrato, a ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado da Paraíba.

III. DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RESULTADO

1. Os alunos que atenderem aos pré-requisitos, descritos no Tópico II do presente Edital, serão submetidos ao processo seleção do estágio, cujo único critério de avaliação será o das melhores notas do Coeficiente de Rendimento Escolar (CRE), observado a nota mínima exigida 6,0 (seis), conforme dispõe o Tópico I, item 2.2.

1.1. Em caso de empate na nota do CRE, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- a) Tiver o maior tempo de curso;
- b) Tiver a maior idade.

2. A classificação será efetuada por ordem decrescente das melhores notas do Coeficiente de Rendimento Escolar (CRE) dos candidatos.

3. O resultado do processo seletivo será divulgado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado da Paraíba, em data a ser definida posteriormente.

IV – DA CONVOCAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

1. O candidato aprovado será convocado através de contato telefônico, e caso não seja possível, por e-mail, obedecendo-se a ordem de classificação ao longo da validade da presente seleção e de acordo com o quadro de vagas disposto no Tópico I, Item 1 do presente Edital, observado as necessidades deste Órgão Ministerial.

2. O candidato poderá desistir da vaga, definitivamente, por meio do endereço eletrônico estagio@mp.pb.gov.br, em qualquer tempo.

3. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço eletrônico e telefones atualizados para viabilizar os contatos necessários. São de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seus dados.

4. A contratação, sem vínculo empregatício, dar-se-á com a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio, firmado entre o Ministério Público do Estado da Paraíba, a Instituição de Ensino Superior e o estagiário.

5. São incompatíveis com o estágio no Ministério Público do Estado da Paraíba, o exercício de qualquer atividade concomitante em outro ramo do Ministério Público, em órgãos do Poder Judiciário, na Defensoria Pública da União e dos Estados, na Policial Civil ou Federal e na advocacia pública ou privada e nos seus órgãos de classe.

5.1. Caso convocado para contratação, o candidato já ocupar outro emprego nos entes indicados supracitados, deverá fazer a opção, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da convocação, sendo que a ausência de manifestação neste prazo poderá ser considerada como desistência.

V – DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

1. O processo seletivo terá validade de 01 (um) ano, a contar da data da assinatura do Edital do resultado final, podendo ser prorrogado mais uma vez, por igual período, a critério do Procurador-Geral de Justiça.

VI – DISPOSIÇÕES FINAIS

1. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado da Paraíba.

2. A jornada do estágio terá carga horária de 20 (vinte) horas semanais, não ultrapassando o limite de 06 (seis) horas diárias, nos termos do art. 10, II da Lei 11.788/2008.

3. Fica assegurado aos estudantes contratados para o referido estágio neste Órgão Ministerial:

- 3.1. A realização do estágio em áreas cujas atividades sejam correlatas ao seu curso de formação;
- 3.2. O recebimento de bolsa no valor de R\$ 492,20 (quatrocentos e noventa e dois reais e vinte centavos), mais R\$ 107,80 (cento e sete reais e oitenta centavos) de auxílio-transporte;
- 3.3. A concessão de seguro contra acidentes pessoais;
- 3.4. A obtenção de Certificado, ao final do estágio.

4. Compete à Administração Superior do Ministério Público do Estado da Paraíba a escolha da lotação de realização do estágio.

5. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Bertrand de Araújo Asfora
1º Subprocurador-Geral de Justiça
Valberto Cosme de Lira
2º Subprocurador-Geral de Justiça
Valberto Cosme de Lira
Corregedor-Geral do Ministério Público:
Luciano de Almeida Maracaja
Secretário-Geral:
João Arlindo Correa Neto

PROCURADORIAS CÍVEIS

Janete Maria Ismael da Costa Macedo
Vasti Clea Marinho da Costa Lopes
Herbert Douglas Targino
Lucia de Fatima Maia de Farias
Nelson Antonio Cavalcante Lemos
Valberto Cosme de Lira
Doriel Veloso Gouveia
Marcus Vilar Souto Maior
Alcides Orlando de Moura Jansen
Jose Raimundo de Lima
Marilene de Lima Campos de Carvalho
Jacilene Nicolau Faustino Gomes

PROCURADORIAS CRIMINAIS

Jose Marcos Navarro Serrano
Jose Roseno Neto
Katia Rejane Medeiros Lira Lucena
Álvaro Cristiano Pinto Gadelha Campos
Luciano de Almeida Maracaja
Francisco Sagres Macedo Vieira
Maria Lurdélia Diniz de Albuquerque Melo

CONSELHO SUPERIOR

Bertrand de Araújo Asfora (Presidente)
Luciano de Almeida Maracaja
João Arlindo Correa Neto

OUVIDORIA
Doriel Veloso Gouveia



Ministério
Público da
Paraíba

Rua Rodrigues de Aquino, s/n, Centro.
CEP:58013-030. Fone: (83)2107-6000.
E-mail: pgj.ascom@mp.pb.gov.br
Site: www.mp.pb.gov.br

Superior desta Instituição Parquet.

João Pessoa, 12 de dezembro de 2016.

BERTRAND DE ARAÚJO ASFORA
Procurador-Geral de Justiça

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 007/2016
João Pessoa, 12 de dezembro de 2016
MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 007/2016

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº: 001.2016.009116
OBJETO: Firmar cooperação entre os CONVENIENTES, para estabelecer condições de realização de estágio curricular não-obrigatório do MPPB, nas dependências do Laboratório Analytics da UFCG, com estudantes que estejam regularmente matriculados em curso superior da área de Ciência da Computação da Universidade Federal de Campina Grande. Neste intento, objetiva-se disponibilizar 05 (cinco) vagas para estagiários, que irão desenvolver soluções analíticas de dados abertos, de acordo com o princípio da ciência de dados.
1º PARTÍCIPE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA – MPPB.
2º PARTÍCIPE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG.
VIGÊNCIA: 02 (dois) anos, a contar da data da assinatura, com prorrogações, havendo interesse das partes, através de Termo Aditivo, observada a legislação pertinente.
DATA DA ASSINATURA: 12 de dezembro de 2016.
EMBASAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93.

João Pessoa, 12 de dezembro de 2016.

BERTRAND DE ARAÚJO ASFORA
Procurador-Geral de Justiça

AVISO Nº 052/2016
João Pessoa, 12 de dezembro de 2016
MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2016
O Ministério Público Estadual, através do seu Pregoeiro Presencial, torna público, o cancelamento da sessão do Pregão Presencial nº 052/2016, tipo Menor Preço, para o Item Ofertado, tendo como objeto a seleção de pessoa(s) jurídica(s) do ramo pertinente para execução de serviço especializado em vigilância armada nas cidades de João Pessoa, Campina Grande e Patos, no Estado da Paraíba, conforme quantitativos e especificações constantes do Termo de Referência do Edital, anteriormente marcada para o dia 13/12/2016 às 08:30 horas, por determinação da Administração Superior. Outras informações pelo endereço acima citado, de segunda a quinta-feira no horário das 12:00 às 19:00 horas e na sexta-feira de 07:00 às 13:00 horas ou pela internet no site www.mppb.mp.br. Outras informações pelo fone: (83) 2107 6064/2107 6073.

João Pessoa, 12/dezembro/2016.

Francisco de Assis Martins Junior
Pregoeiro Oficial

PORTARIA Nº 1850/DIAFU
João Pessoa, 7 de dezembro de 2016
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15 da Lei Complementar no 97/10, de 22/12/2010 (Lei Orgânica do

Ministério Público), RESOLVE designar a Doutora ANNE EMANUELLE MALHEIROS COSTA Y PLÁ TREVAS, 2º Promotor de Justiça de Família e Sucessões da Promotoria de Justiça de Família e Sucessões de João Pessoa, para exercer suas funções com atribuições em audiências da Ação Civil Pública nº 0047960-23.2010.815.2001 como 1º Promotor de Justiça da Fazenda Pública da Promotoria de Justiça da Fazenda Pública de João Pessoa no dia 12/12/2016, em virtude do afastamento justificado do Dr. Ricardo Alex Almeida Lins.
CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE
BERTRAND DE ARAÚJO ASFORA
Procurador-Geral de Justiça

ATOS DA 2ª SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RESENHA Nº 001.2016.000254
João Pessoa, 12 de dezembro de 2016

Decisões proferidas:
DEFERIDO:
001.2016.000254 Lucia de Fatima Lucena da Costa
VALBERTO COSME DE LIRA
2º Subprocurador-Geral de Justiça

RESENHA Nº 001.2016.008381
João Pessoa, 12 de dezembro de 2016

Decisões proferidas:
DEFERIDO:
001.2016.008381 Ana Valquiria de Almeida Macedo
VALBERTO COSME DE LIRA
2º Subprocurador-Geral de Justiça

RESENHA Nº 001.2016.008978
João Pessoa, 12 de dezembro de 2016

Decisões proferidas:
DEFERIDO:
001.2016.008978 Andrea Bezerra Pequeno de Alustau
VALBERTO COSME DE LIRA
2º Subprocurador-Geral de Justiça

RESENHA Nº 001.2016.009232
João Pessoa, 12 de dezembro de 2016

Decisões proferidas:
DEFERIDO:
001.2016.009232 Monica Valeria Crisanto Monteiro Nobrega
VALBERTO COSME DE LIRA
2º Subprocurador-Geral de Justiça

RESENHA Nº 001.2016.009729
João Pessoa, 12 de dezembro de 2016

Decisões proferidas:
DEFERIDO EM PARTE:
001.2016.009729 Raul da Silva Pinto Neto
VALBERTO COSME DE LIRA
2º Subprocurador-Geral de Justiça

RESENHA Nº 001.2016.010754
João Pessoa, 12 de dezembro de 2016

Decisões proferidas:
DEFERIDO:
001.2016.010754 Sueli Coelho Jacome
VALBERTO COSME DE LIRA
2º Subprocurador-Geral de Justiça

RESENHA Nº 001.2016.010452
João Pessoa, 12 de dezembro de 2016

Decisões proferidas:
DEFERIDO EM PARTE:
001.2016.010452 Franciraldo Miguel
VALBERTO COSME DE LIRA
2º Subprocurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Bertrand de Araújo Asfora
1º Subprocurador-Geral de Justiça
Valberto Cosme de Lira
2º Subprocurador-Geral de Justiça
Valberto Cosme de Lira
Corregedor-Geral do Ministério Público:
Luciano de Almeida Maracaja
Secretário-Geral:
João Arlindo Correa Neto

PROCURADORIAS CÍVEIS

Janete Maria Ismael da Costa Macedo
Vasti Clea Marinho da Costa Lopes
Herbert Douglas Targino
Lucia de Fatima Maia de Farias
Nelson Antonio Cavalcante Lemos
Valberto Cosme de Lira
Doriel Veloso Gouveia
Marcus Vilar Souto Maior
Alcides Orlando de Moura Jansen
Jose Raimundo de Lima
Marilene de Lima Campos de Carvalho
Jacilene Nicolau Faustino Gomes

PROCURADORIAS CRIMINAIS

Jose Marcos Navarro Serrano
Jose Roseno Neto
Katia Rejane Medeiros Lira Lucena
Álvaro Cristiano Pinto Gadelha Campos
Luciano de Almeida Maracaja
Francisco Sagres Macedo Vieira
Maria Lurdélia Diniz de Albuquerque Melo

CONSELHO SUPERIOR

Bertrand de Araújo Asfora (Presidente)
Luciano de Almeida Maracaja
João Arlindo Correa Neto

OUVIDORIA
Doriel Veloso Gouveia



Ministério
Público da
Paraíba

Rua Rodrigues de Aquino, s/n, Centro.
CEP:58013-030. Fone: (83)2107-6000.
E-mail: pgj.ascom@mp.pb.gov.br
Site: www.mp.pb.gov.br

RESENHA Nº 001.2016.010454**João Pessoa, 12 de dezembro de 2016**

Decisões proferidas:

DEFERIDO:

001.2016.010454 Gabriel Paiva Cortez Costa

VALBERTO COSME DE LIRA

2º Subprocurador-Geral de Justiça

RESENHA Nº 001.2016.010393**João Pessoa, 12 de dezembro de 2016**

Decisões proferidas:

DEFERIDO:

001.2016.010393 Deborah Priscilla Freires do Amaral

VALBERTO COSME DE LIRA

2º Subprocurador-Geral de Justiça

RESENHA Nº 001.2016.010232**João Pessoa, 12 de dezembro de 2016**

Decisões proferidas:

DEFERIDO:

001.2016.010232 Maria Aparecida Peixoto Wanderley

VALBERTO COSME DE LIRA

2º Subprocurador-Geral de Justiça

RESENHA Nº 001.2016.010634**João Pessoa, 12 de dezembro de 2016**

Decisões proferidas:

DEFERIDO:

001.2016.010634 Ilma Sandra Pinheiro Guedes

VALBERTO COSME DE LIRA

2º Subprocurador-Geral de Justiça

RESENHA Nº 001.2016.010864**João Pessoa, 12 de dezembro de 2016**

Decisões proferidas:

DEFERIDO:

001.2016.010864 Glaubia Oliveira Gomes

BERTRAND DE ARAUJO ASFORA

Procurador-Geral de Justiça

RESENHA Nº 001.2016.010624**João Pessoa, 12 de dezembro de 2016**

Decisões proferidas:

DEFERIDO:

001.2016.010624 Francisca Rejane Lopes Ismael da Costa

VALBERTO COSME DE LIRA

2º Subprocurador-Geral de Justiça

RESENHA Nº 001.2016.010462**João Pessoa, 12 de dezembro de 2016**

Decisões proferidas:

DEFERIDO:

001.2016.010462 Wyama e Silva Medeiros

VALBERTO COSME DE LIRA

2º Subprocurador-Geral de Justiça

RESENHA Nº 001.2016.010438**João Pessoa, 12 de dezembro de 2016**

Decisões proferidas:

DEFERIDO:

001.2016.010438 Vanina Augusta Meira Barsi

VALBERTO COSME DE LIRA

2º Subprocurador-Geral de Justiça

RESENHA Nº 001.2016.010838**João Pessoa, 12 de dezembro de 2016**

Decisões proferidas:

DEFERIDO:

001.2016.010838 Christianne Maria Wanderley Leite

VALBERTO COSME DE LIRA

2º Subprocurador-Geral de Justiça

RESENHA Nº 001.2016.010704**João Pessoa, 12 de dezembro de 2016**

Decisões proferidas:

DEFERIDO:

001.2016.010704 Maristela Melo de Assunção

VALBERTO COSME DE LIRA

2º Subprocurador-Geral de Justiça

ATOS DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA**PORTARIA DE PROMOTORIA****João Pessoa, 12 de dezembro de 2016**

Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de João Pessoa – PB

EXTRATO DA PORTARIA Nº 097/2016

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO 002.2016.011679

Data do registro: 22/11/2016

Objeto: QUADRO DE PESSOAL - ESTADO DA PARAÍBA - SUPOSTA ACUMULAÇÃO ILEGAL DE CARGOS PÚBLICOS - RAONI DA COSTA LIMA (IBGE/ESTADO DA PARAÍBA) - ICP Nº 1.24.000.000586/2013-48 - OFÍCIO Nº2762/2016/MPF/PR/PB/YMD..

João Pessoa, 23/11/16

RICARDO ALEX ALMEIDA LINS

Promotor de Justiça

EXTRATO DE PROMOTORIA Nº 12/2016**João Pessoa, 12 de dezembro de 2016**

Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Campina Grande – PB

EXTRATO DA PORTARIA Nº 64/2016

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 64/2016

Nº DO AUTO NO MPVIRTUAL: 5640/2016

Data da Instauração: 12/12/2016

Notificante: Ministério Público do Estado da Paraíba

Noticiado: Município de Campina Grande-PB

Natureza: Averiguar a composição do quadro de pessoal do SAMU de Campina Grande, a luz da regra constitucional do concurso público.

GUILHERME COSTA CÂMARA

Promotor de Justiça em substituição

PORTARIA DE PROMOTORIA Nº 016/2016**João Pessoa, 25 de julho de 2016**

EXTRATO DE PROMOTORIA

PORTARIA DE PROMOTORIA Nº 01/2016

São Bento, 12 de dezembro de 2016.

Procedimento Investigatório Criminal nº. 01/2016

Data da Instauração: 25 de julho/2016.

Representante: Ministério Público da Paraíba

Representado(s): DILVAN EMÍDIO DO NASCIMENTO.

OBJETIVO: Procedimento instaurado no âmbito desta Promotoria de Justiça, após o aporte de documentos/peças de informações criminais, enviadas pelo escritório de advocacia Cândido Albuquerque, representante da Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT, que tem como objetivo investigar a ocorrência de possível crime de falsificação de documento particular (art. 298 do CP), Uso de Documento Falso (art. 304 do CP), e Estelionato Tentado (art. 171, c/c ao art. 14, II ambos do CP), praticado em tese por Dilvan Emídio do Nascimento, no dia 12/11/2015, em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, em São Bento/PB.

THOMAZ ILTON FERREIRA DOS SANTOS

Promotor de Justiça

PORTARIA DE PROMOTORIA Nº 017/2016**João Pessoa, 26 de outubro de 2016**

EXTRATO DE PROMOTORIA

PORTARIA DE PROMOTORIA Nº 02/2016

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:

Bertrand de Araújo Asfora

1º Subprocurador-Geral de Justiça

Valberto Cosme de Lira

2º Subprocurador-Geral de Justiça

Valberto Cosme de Lira

Corregedor-Geral do Ministério Público:

Luciano de Almeida Maracaja

Secretário-Geral:

João Arlindo Correa Neto

PROCURADORIAS CÍVEIS

Janete Maria Ismael da Costa Macedo

Vasti Clea Marinho da Costa Lopes

Herbert Douglas Targino

Lucia de Fatima Maia de Farias

Nelson Antonio Cavalcante Lemos

Valberto Cosme de Lira

Doriel Veloso Gouveia

Marcus Vilar Souto Maior

Alcides Orlando de Moura Jansen

Jose Raimundo de Lima

Marilene de Lima Campos de Carvalho

Jacilene Nicolau Faustino Gomes

PROCURADORIAS CRIMINAIS

Jose Marcos Navarro Serrano

Jose Roseno Neto

Katia Rejane Medeiros Lira Lucena

Álvaro Cristiano Pinto Gadelha Campos

Luciano de Almeida Maracaja

Francisco Sagres Macedo Vieira

Maria Lurdélia Diniz de Albuquerque Melo

CONSELHO SUPERIOR

Bertrand de Araújo Asfora (Presidente)

Luciano de Almeida Maracaja

João Arlindo Correa Neto

OUVIDORIA

Doriel Veloso Gouveia


**Ministério
Público da
Paraíba**

 Rua Rodrigues de Aquino, s/n, Centro.
 CEP:58013-030. Fone: (83)2107-6000.
 E-mail: pgj.ascom@mp.pb.gov.br
 Site: www.mp.pb.gov.br

São Bento, 12 de dezembro de 2016.

Procedimento Investigatório Criminal nº. 02/2016

Data da Instauração: 26 de outubro/2016.

Representante: Ministério Público da Paraíba

Representado(s): FRANCISCO CARNEIRO DE ANDRADE FILHO.

OBJETIVO: Procedimento instaurado a partir das peças de informações criminais, enviadas enviadas pelo IBAMA, em o senhor Francisco Carneiro de Andrade Filho foi autuado em flagrante na BR 427, KM 113, no município de Caicó/RN, por estar transportando 3.500 (três mil e quinhentos metros e meio) de madeira serrada em desacordo com o DOFN 12819422, conforme Boletim da Polícia Rodoviária Federal, fato este ocorrido em 02/09/2014, conforme BOP de fls. 23 da PRF.

THOMAZ ILTON FERREIRA DOS SANTOS

Promotor de Justiça

PORTARIA DE PROMOTORIA Nº 018

João Pessoa, 2 de dezembro de 2016

EXTRATO DA PORTARIA Nº 018/2016

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 5091/2016

Data da Instauração: 02/12/2016

Requerente: 2ª Promotoria de Justiça de Patos

Natureza: Procedimento instaurado com o escopo de investigar a situação de que os alunos do município de Cacimba de Areia-PB estariam sendo prejudicados, pois o transporte escolar fornecido pelo referido município teria sido interrompido antes do final do ano letivo.

Patos, 07/12/2016

LÍVIA VILANOVA CABRAL

2º Promotor de Justiça

PORTARIA DE PROMOTORIA Nº 019

João Pessoa, 29 de dezembro de 2016

EXTRATO DA PORTARIA Nº 019/2016

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 5102/2016

Data da Instauração: 29/11/2016

Requerente: 2ª Promotoria de Justiça de Patos

Interessados: Procedimento instaurado com o escopo de solucionar o problema, no sentido de que os responsáveis legais da adolésce M.A.A.A., que possui problemas aditivos graves, estariam sem permitir seu completo acesso ao direito à educação, ou seja, acompanhamento com professor de Libras, pois não querem que ela fique muito "exposta".

Patos, 07/12/2016

LÍVIA VILANOVA CABRAL

2º Promotor de Justiça

PORTARIA DE PROMOTORIA Nº 60/2016

João Pessoa, 6 de dezembro de 2016

Promotoria de Justiça de Bayeux-PB.

PORTARIA DE PROMOTORIA Nº 23/2016

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 013.2016.001482

Data da Instauração: 06/12/2016

Requerente: Ministério Público da Paraíba.

Interessado: Município de Bayeux-PB.

Assunto: Apurar supostas irregularidades ocorridas na Escola Estadual Professor Antônio Gomes localizada no Município de Bayeux-PB.

Bayeux-PB, 12 de dezembro de 2016.

MARIA EDLÍGIA CHAVES LEITE

4ª Promotora de Justiça

EXTRATO DE PROMOTORIA Nº 61/2016

João Pessoa, 5 de dezembro de 2016

Promotoria de Justiça de Bayeux-PB.

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 013.2016.000125

Data da Instauração: 17/07/2014

Data do Arquivamento: 05/12/2016

Requerente: Ministério Público da Paraíba.

Interessado: Município de Bayeux-PB.

Assunto: Apurar o cumprimento das disposições constantes no Acórdão APL TC nº 133/2011, sob a responsabilidade de Josival Júnior de Sousa.

Bayeux-PB, 12 de dezembro de 2016.

MARIA EDLÍGIA CHAVES LEITE

4ª Promotora de Justiça

ATOS DA COMISSÃO DE COMBATE AOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

PORTARIA CCRIMP Nº 084/2016/PAI/PGJ

João Pessoa, 12 de dezembro de 2016

Instaurar o Procedimento Investigatório Criminal Nº 002.2016.000407, em face do Ex: Secretário de Saúde do Estado da Paraíba o Sr. WALDSON DIAS DE SOUZA, referente a suposta prática do crime de desobediência, capitulado no artigo 330 do Código Penal, perpetrado nos autos do processo administrativo nº 5988/2014.

NELSON ANTONIO CAVALCANTE LEMOS

Presidente da CCRIMP

PORTARIA CCRIMP Nº 086/2016/PAI/PGJ

João Pessoa, 12 de dezembro de 2016

Instaurar o Procedimento Investigatório Criminal Nº 002.2016.002246, em face do Prefeito atual do Município de Taperoá Sr. JURANDIR GOUVEIA FARIAS, referente a suposta prática de conduta criminosa, consistente no crime de prevaricação e fraude em licitação, em benefício de terceiro, Sr. Gilrudo Feitosa da Silva Lima, proprietário da empresa, inscrita no CNPJ, sob nº 1.058.915/0001-36.

NELSON ANTÔNIO CAVALCANTE LEMOS

Presidente da CCRIMP

PORTARIA CCRIMP Nº 089/2016/PIC/PGJ

João Pessoa, 12 de dezembro de 2016

Instaurar o Procedimento Investigatório Criminal Nº 002.2016.003696, em face da atual Prefeita do Município do Conde-PB, Sra. Tatiana Lundgren Correia de Oliveira, possível prática de crime descrito no artigo 1º, inciso XIV, do Decreto Lei nº 201/67.

NELSON ANTÔNIO CAVALCANTE LEMOS

Presidente da CCRIMP

PORTARIA CCRIMP Nº 090/2016/PIC/PGJ

João Pessoa, 12 de dezembro de 2016

Instaurar o Procedimento Investigatório Criminal Nº 002.2016.003238, em face do Prefeito atual do Município de Pilõesinhos/PB o Sr. ROSINALDO LUCENA MENDES, referente a possível prática de crime de prevaricação, descrito no artigo 319 do Código Penal.

NELSON ANTÔNIO CAVALCANTE LEMOS

Presidente da CCRIMP

PORTARIA CCRIMP Nº 095/2016/PIC/PGJ

João Pessoa, 26 de setembro de 2016

Instaurar o Procedimento Investigatório Criminal Nº 002.2016.002569, em face do Prefeito atual do Município de Campina Grande, Sr. ROMERO RODRIGUES VEIGA, para apurar eventual ausência de reajuste na remuneração dos agentes de vigilância Ambiental em saúde e/ou combate as endemias no referido município, desde o mês de abril/2012, quando foi implementada a Lei Complementar nº 63/2011.

NELSON ANTÔNIO CAVALCANTE LEMOS

Presidente da CCRIMP

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:

Bertrand de Araújo Asfora

1º Subprocurador-Geral de Justiça

Valberto Cosme de Lira

2º Subprocurador-Geral de Justiça

Valberto Cosme de Lira

Corregedor-Geral do Ministério Público:

Luciano de Almeida Maracaja

Secretário-Geral:

João Arlindo Correa Neto

PROCURADORIAS CÍVEIS

Janete Maria Ismael da Costa Macedo

Vasti Clea Marinho da Costa Lopes

Herbert Douglas Targino

Lucia de Fatima Maia de Farias

Nelson Antonio Cavalcante Lemos

Valberto Cosme de Lira

Daniel Veloso Gouveia

Marcus Vilar Souto Maior

Aldice Orlando de Moura Jansen

Jose Raimundo de Lima

Marilene de Lima Campos de Carvalho

Jacilene Nicolau Faustino Gomes

PROCURADORIAS CRIMINAIS

Jose Marcos Navarro Serrano

Jose Roseno Neto

Katia Rejane Medeiros Lira Lucena

Álvaro Cristiano Pinto Gadelha Campos

Luciano de Almeida Maracaja

Francisco Sagres Macedo Vieira

Maria Lurdélia Diniz de Albuquerque Melo

CONSELHO SUPERIOR

Bertrand de Araújo Asfora (Presidente)

Luciano de Almeida Maracaja

João Arlindo Correa Neto

OUVIDORIA

Daniel Veloso Gouveia



Ministério
Público da
Paraíba

Rua Rodrigues de Aquino, s/n, Centro.
CEP:58013-030. Fone: (83)2107-6000.
E-mail: pgj.ascom@mp.pb.gov.br
Site: www.mp.pb.gov.br

PORTARIA CCRIMP Nº 097/2016/PIC/PGJ
João Pessoa, 12 de dezembro de 2016

Instaurar o Procedimento Investigatório Criminal Nº 002.2015.000157, em face do Prefeito atual do Município de Amparo/PB, Sr. JOSÉ ARNALDO DA SILVA, referente a suposta prática de transferências ilegais de dinheiro para a conta bancária de um "laranja", após o que dividiam entre si o valor desviado.

NELSON ANTÔNIO CAVALCANTE LEMOS
Presidente da CCRIMP

PORTARIA CCRIMP Nº 099/2016/PIC/PGJ
João Pessoa, 12 de dezembro de 2016

Instaurar o Procedimento Investigatório Criminal Nº 002.2015.002279, em face do Prefeito atual do Município de Mari/PB, Sr. MARCOS AURÉLIO MARTINS DE PAIVA, referente a suposta prática de crime de responsabilidade, descrito no artigo 1º inciso XIV, do Decreto Lei nº 201/67, em razão do descumprimento da Lei de Acesso a Informação.

NELSON ANTONIO CAVALCANTE LEMOS
Presidente da CCRIMP

PORTARIA CCRIMP Nº 100/2016/PIC/PGJ
João Pessoa, 12 de dezembro de 2016

Instaurar o Procedimento Investigatório Criminal Nº 002.2016.000037, em face da Prefeita atual do Município de Serra da Raiz/PB, Sra. ADAILMA FERNANDES DA SILVA, referente a suposta prática de crime de responsabilidade, descrito no artigo 1º, inciso XIV, do Decreto Lei nº 201/1967, em razão do reiterado descumprimento da Lei de Acesso à Informação.

NELSON ANTONIO CAVALCANTE LEMOS
Presidente da CCRIMP

PORTARIA CCRIMP Nº 104/2016/PIC/PGJ
João Pessoa, 12 de dezembro de 2016

Instaurar o Procedimento Investigatório Criminal Nº 002.2015.002597, em face do Prefeito atual do Município de Cruz do Espírito Santo/PB, Sr. Pedro Gomes Pereira, referente a suposta prática de crime de responsabilidade descrito no artigo 1º, inciso XIV do Decreto Lei nº 201/1967, razão do reiterado descumprimento da Lei de Acesso a Informação.

NELSON ANTONIO CAVALCANTE LEMOS
Presidente da CCRIMP

PORTARIA CCRIMP Nº 105/2016/PIC/PGJ
João Pessoa, 12 de dezembro de 2016

Instaurar o Procedimento Investigatório Criminal Nº 002.2016.000479, em face do Prefeito atual do Município de Mataraca/PB, Sr. OLÍMPIO DE ALENCAR ARAÚJO BEZERRA, referente a suposta prática de crime de responsabilidade descrito no artigo 1º, inciso XIV, do Decreto Lei nº 201/267, em razão do reiterado descumprimento da Lei de Acesso a Informação.

NELSON ANTONIO CAVALCANTE LEMOS
Presidente da CCRIMP

PORTARIA CCRIMP Nº 106/2016/PIC/PGJ
João Pessoa, 1 de novembro de 2016

Instaurar o Procedimento Investigatório Criminal Nº 002.2016.000489, em face do Prefeito atual do Município de

Itaporanga/PB, Sr. AUDIBERG ALVES DE CARVALHO, referente a suposta prática de crime de responsabilidade descrito no artigo 1º, inciso XIV, do Decreto Lei nº 201/267, em razão do reiterado descumprimento da Lei de Acesso a Informação.

NELSON ANTONIO CAVALCANTE LEMOS
Presidente da CCRIMP

PORTARIA CCRIMP Nº 112/2016/PIC/PGJ
João Pessoa, 12 de dezembro de 2016

Instaurar o Procedimento Investigatório Criminal Nº 002.2015.002666, em face do Prefeito atual do Município de Serra Branca/PB, Sr. Eduardo José Torreão Mota, referente a suposta prática de responsabilidade, referente a precatórios, se houve a quebra da ordem cronológica.

NELSON ANTONIO CAVALCANTE LEMOS
Presidente da CCRIMP

PORTARIA CCRIMP Nº 113/2016/PIC/PGJ
João Pessoa, 12 de dezembro de 2016

Instaurar o Procedimento Investigatório Criminal Nº 002.2015.000056, em face do Prefeito atual do Município de Campina Grande/PB, Sr. Romero Rodrigues Veiga, referente a suposta prática de crime de responsabilidade, tendo como agravante o Aeroclube de Campina Grande, indícios de irregularidades no processo desapropriatório de que se trata o referido recurso.

NELSON ANTONIO CAVALCANTE LEMOS
Presidente da CCRIMP

PORTARIA CCRIMP Nº 119/2016/PIC/PGJ
João Pessoa, 12 de dezembro de 2016

Instaurar o Procedimento Investigatório Criminal Nº 002.2015.002247, em face do Prefeito atual do Município de Catingueira/PB, Sr. Albino Felix de Souza Neto, referente a suposta prática de crime de responsabilidade, durante o período de maio de 2014 a janeiro de 2015, teria feito diversos pagamentos à empresa Demézio Construções Ltda, relativo a serviços de manutenção e limpeza de canais, totalizando 800 metros, além da retirada de entulho e poda de 390 árvores.

SON ANTONIO CAVALCANTE LEMOS
Presidente da CCRIMP

PORTARIA CCRIMP Nº 121/2016/PIC/PGJ
João Pessoa, 12 de dezembro de 2016

Instaurar o Procedimento Investigatório Criminal Nº 002.2016.000327, em face da Prefeita atual do Município de Monteiro/PB, Sr. EDNACÉ ALVES SILVESTRE HENRIQUE, referente a suposta prática de crime de responsabilidade, locação um ônibus para transporte de estudante, placa MMU-7947, que pertence ao Secretário de Cultura do referido município.

NELSON ANTONIO CAVALCANTE LEMOS
Presidente da CCRIMP

PORTARIA CCRIMP Nº 122/2016/PIC/PGJ
João Pessoa, 12 de dezembro de 2016

Instaurar o Procedimento Investigatório Criminal Nº 002.2015.000129, em face do Prefeito atual do Município de

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Bertrand de Araújo Asfora
1º Subprocurador-Geral de Justiça
Valberto Cosme de Lira
2º Subprocurador-Geral de Justiça
Valberto Cosme de Lira
Corregedor-Geral do Ministério Público:
Luciano de Almeida Maracaja
Secretário-Geral:
João Arlindo Correa Neto

PROCURADORIAS CÍVEIS

Janete Maria Ismael da Costa Macedo
Vasti Clea Marinho da Costa Lopes
Herbert Douglas Targino
Lucia de Fatima Maia de Farias
Nelson Antonio Cavalcante Lemos
Valberto Cosme de Lira
Doriel Veloso Gouveia
Marcus Vilar Souto Maior
Alcides Orlando de Moura Jansen
Jose Raimundo de Lima
Marilene de Lima Campos de Carvalho
Jacilene Nicolau Faustino Gomes

PROCURADORIAS CRIMINAIS

Jose Marcos Navarro Serrano
Jose Roseno Neto
Katia Rejane Medeiros Lira Lucena
Álvaro Cristiano Pinto Gadelha Campos
Luciano de Almeida Maracaja
Francisco Sagres Macedo Vieira
Maria Lurdélia Diniz de Albuquerque Melo

CONSELHO SUPERIOR

Bertrand de Araújo Asfora (Presidente)
Luciano de Almeida Maracaja
João Arlindo Correa Neto

OUVIDORIA

Doriel Veloso Gouveia



Ministério
Público da
Paraíba

Rua Rodrigues de Aquino, s/n, Centro.
CEP:58013-030. Fone: (83)2107-6000.
E-mail: pgj.ascom@mp.pb.gov.br
Site: www.mp.pb.gov.br

Mamanguape/PB, Sr. EDUARDO CARNEIRO DE BRITO, referente a suposta prática de crime de responsabilidade, teria havido favorecimento em licitação ocorrida no referido município para aquisição de material de limpeza.

DORIEL VELOSO GOUVEIA
Presidente

FRANCISCO LIANZA NETO
Membro da Comissão

NELSON ANTONIO CAVALCANTE LEMOS
Presidente da CCRIMP

CLÁUDIO ANTÔNIO CAVALCANTI
Membro da Comissão

PORTARIA CCRIMP Nº 123/2016/PIC/PGJ
João Pessoa, 12 de dezembro de 2016

Instaurar o Procedimento Investigatório Criminal Nº 002.2016.003796, em face do Prefeito atual do Município de São Sebastião do Umbuzeiro/PB, Sr. FRANCISCO ALÍPIO NEVES, referente a suposta prática de crime de responsabilidade, com base no atendimento da auditoria do Tribunal de Contas Estadual em relação à prestação de contas do exercício de 2011.

NELSON ANTONIO CAVALCANTE LEMOS
Presidente da CCRIMP

PORTARIA CCRIMP Nº 127/2016/PIC/PGJ
João Pessoa, 29 de novembro de 2016

Instaurar o Procedimento Investigatório Criminal Nº 002.2016.003799, em face da Prefeita atual do Município de Desterro Sra. ROSÂNGELA DE FÁTIMA LEITE, referente a suposta prática de conduta criminosa, consistente no crime de prevaricação e fraude em licitação, em benefício de terceiro, Sr. Gisleudo Feitosa da Silva Lima, proprietário da empresa, inscrita no CNPJ, sob nº 1.058.915/0001-36.

NELSON ANTÔNIO CAVALCANTE LEMOS
Presidente da CCRIMP

PORTARIA CCRIMP Nº 129/2016/PIC/PGJ
João Pessoa, 29 de novembro de 2016

Instaurar o Procedimento Investigatório Criminal Nº 002.2016.003797, em face da Prefeita atual do Município de Joca Claudino Sra. LUCRÉCIA ADRIANA DE ANDRADE BARBOSA, referente a suposta prática de conduta criminosa, consistente no crime de prevaricação e fraude em licitação, em benefício de terceiro, Sr. Gisleudo Feitosa da Silva Lima, proprietário da empresa, inscrita no CNPJ, sob nº 1.058.915/0001-36.

NELSON ANTÔNIO CAVALCANTE LEMOS
Presidente da CCRIMP

ATOS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA ELEIÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR

EDITAL Nº 001/2016 CAECS
João Pessoa, 12 de dezembro de 2016

A Comissão de Acompanhamento da Eleição do Conselho Superior do Ministério Público da Paraíba, biênio 2017/2018, faz saber a todos os integrantes do Ministério Público que se inscreveram para a referida Eleição e tiveram seus respectivos pedidos deferidos os seguintes Procuradores de Justiça:

Francisco Sagres Macedo Vieira
Herbert Douglas Targino
José Marcos Navarro Serrano
José Raimundo de Lima
José Roseno Neto
Kátia Rejane Medeiros Lira Lucena
Marilene de Lima Campos de Carvalho
Valberto Cosme de Lira

João Pessoa, 12 de dezembro de 2016

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Bertrand de Araújo Asfora
1º Subprocurador-Geral de Justiça
Valberto Cosme de Lira
2º Subprocurador-Geral de Justiça
Valberto Cosme de Lira
Corregedor-Geral do Ministério Público:
Luciano de Almeida Maracaja
Secretário-Geral:
João Artlindo Correa Neto

PROCURADORIAS CÍVEIS

Janete Maria Ismael da Costa Macedo
Vasti Clea Marinho da Costa Lopes
Herbert Douglas Targino
Lucia de Fatima Maia de Farias
Nelson Antonio Cavalcante Lemos
Valberto Cosme de Lira
Doriel Veloso Gouveia
Marcus Vilar Souto Maior
Alcides Orlando de Moura Jansen
Jose Raimundo de Lima
Marilene de Lima Campos de Carvalho
Jacilene Nicolau Faustino Gomes

PROCURADORIAS CRIMINAIS

Jose Marcos Navarro Serrano
Jose Roseno Neto
Katia Rejane Medeiros Lira Lucena
Alvaro Cristino Pinto Gadelha Campos
Luciano de Almeida Maracaja
Francisco Sagres Macedo Vieira
Maria Lurdélia Diniz de Albuquerque Melo

CONSELHO SUPERIOR

Bertrand de Araújo Asfora (Presidente)
Luciano de Almeida Maracaja
João Artlindo Correa Neto

OUVIDORIA
Doriel Veloso Gouveia



Ministério Público da Paraíba

Rua Rodrigues de Aquino, s/n, Centro.
CEP:58013-030. Fone: (83)2107-6000.
E-mail: pgj.ascom@mp.pb.gov.br
Site: www.mp.pb.gov.br

PIC nº 002.2015.000157/MPPB/PGJ/CCRIMP
PORTARIA Nº 097/2016/PIC/PGJ

Considerando, desta forma, a necessidade de apuração para o descortino dos fatos ao primeiro denunciante;

Considerando, ainda de acordo com os relatos, os desvios teriam sido de R\$ 150.000,00, tendo, o próprio Alex Sandro Vieira, o valor desviado;

Considerando, enfim, que a Constituição Federal e a legislação pertinente conferem atribuições ao Ministério Público não só para a propositura de ação penal, mas igualmente para realização de investigação criminal;

1/2

PIC nº 002.2015.000157/MPPB/PGJ/CCRIMP

RESOLVE:

1. instaurar o presente PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL para apurar ocorrência dos delitos imputados, identificar todos os responsáveis, coletar novas provas, caso necessário, e aquilatar o grau de responsabilidade de cada envolvido adotando, ao final, as medidas judiciais adequadas à espécie;
2. designar os Excelentíssimos Senhores Promotores de Justiça, integrantes da Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa instituída por portaria respectiva, devidamente publicada, para conjunta ou separadamente, instruir o P.I.C. ora instaurado, delegando-lhes atribuições para expedir notificações, colher depoimentos, requisitar documentos e praticar todos os atos executórios necessários à completa instrução do feito;
3. designar o servidor *Valter de S. [illegible]* Secretariar este Procedimento Administrativo;
4. determinar a AUTUAÇÃO do presente Procedimento com os instrumentos que a [illegible] instruem;
5. determinar a NOTIFICAÇÃO do Sr. Alex Sandro Vieira Fernandes, com endereço em [illegible] Advogados, Amparo/PB, para, comparecer a esta Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa, no dia [illegible] designada para o dia 19/09/2016, às 15h00.

João Pessoa, 09 de setembro de 2016.

[Assinatura]
NELSON ANTONIO CAVALCANTE LEMOS
1º Subprocurador-Geral de Justiça



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa – CCRIMP

**PIC nº 002.2016.003696/MPPB/PGJ/CCRIMP
PORTARIA Nº 089/2016/PIC/PGJ**

O 1º SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições institucionais, com a legitimidade privativa que lhe conferem os artigos 29, inciso V, da Lei Federal nº 8.625/93, nos incisos XXIV e XXV, 40, V, ambos da Lei Complementar Estadual nº 97/2010 e, ainda, diante da competência originária do Tribunal de Justiça para processar e julgar Prefeitos pela prática de crimes comuns e de responsabilidade (CF, art. 29 inc. X);

Considerando a notícia de fato instrumentalizada a partir da representação criminal subscrita pelo Delegado de Polícia Federal, Dr. Olímpio Ferraz de Sá Barreto, através da qual imputa à atual Prefeita do Conde/PB, Tatiana Lundgren Correia de Oliveira, a prática do crime descrito no artigo 1º, inciso XIV, do Decreto-Lei nº 201/67 (negar executoriedade à Lei Federal) por ter esta concedido porte de arma aos membros da Guarda Municipal daquela cidade sem o necessário instrumento de convênio com a Polícia Federal conforme determina o Estatuto do Desarmamento (Lei Federal sob o nº 10.826/03).

Considerando, portanto, a necessidade de apuração para o descortino do indício de ato ilícito acima referido, com vistas à caracterização de materialidade, bem como da respectiva autoria;

Considerando, enfim, que a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional pertinente conferem atribuições ao Ministério Público não só para a propositura de ação penal, mas igualmente para realização de investigação criminal;

RESOLVE:

1. instaurar o presente PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL para apurar a ocorrência dos delitos imputados, identificar todos os responsáveis, coletar novas provas, caso necessário, e aquilatar o grau de responsabilidade de cada envolvido, adotando, ao final, as medidas judiciais adequadas à espécie;

PIC nº 002.2016.003696/MPPB/PGJ/CCRIMP

2. designar os Excelentíssimos Senhores Promotores de Justiça, integrantes da Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa instituída por portaria respectiva, devidamente publicada, para, conjunta ou separadamente, instruir o P.I.C ora instaurado, delegando-lhes atribuições para expedir notificações, colher depoimentos, requisitar documentos e praticar todos os atos executórios necessários à completa instrução do feito;
3. designar o servidor Valter de Sousa, para Secretariar este Procedimento Administrativo;
4. determinar a AUTUAÇÃO e o REGISTRO desta Portaria com os instrumentos que a instruem;
5. determinar, nos termos do artigo 12, da Resolução CPJ/MPPB nº 002/2012¹, a notificação da investigada para, querendo, oferecer defesa escrita no prazo de 10 (dez) dias úteis, sugerindo-lhe que o proceda por meio de advogado devidamente constituído, bem como lhe franqueando amplo e irrestrito acesso aos presentes autos, em consonância com o disposto no artigo 18, §1º, inciso I, do referido diploma legal.
6. determinar o encaminhamento de fotocópia da portaria instaurativa por meio de ofício, ao membro em atuação na Promotoria de Justiça Cumulativa de Alhandra/PB, a fim de que tome conhecimento da presente investigação criminal, solicitando, na oportunidade, informações a respeito da eventual existência de investigação (Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil Público) para apurar a repercussão cível dos fatos mencionados, como também de elementos probatórios outros que possam contribuir para a apuração que ora se inicia.

João Pessoa, 16 de agosto de 2016.


 NELSON ANTONIO CAVALCANTE LEMOS
 1º Subprocurador Geral de Justiça

1Art. 12. O Ministério Público, na condução do procedimento investigatório criminal, ouvirá o(s) investigado(s), salvo:

- I. se houver dificuldade justificada em fazê-lo;
- II. em situações justificadas de urgência;
- III. se, de algum modo, venha a acarretar prejuízo à eficácia dos provimentos jurisdicionais cautelares.

§ 1º - Na notificação, o investigado será cientificado desta condição e da faculdade de se fazer acompanhar por advogado, podendo apresentar as informações que considerar adequadas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa – CCRIMP

**PIC nº 002.2015.002569/MPPB/PGJ/CCRIMP
PORTARIA Nº 095/2016/PIC/PGJ**

O 1º SUBPROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições institucionais, com base nas atribuições que lhe conferem os artigos 29, inciso V, da Lei Federal nº 8.625/95, o inciso XIV dos artigos 1º e 2º da Lei Complementar Estadual nº 97/2010 e, ainda, no inciso III do artigo 1º do Tribunal de Justiça para processar e julgar Prefeitos e demais autoridades de responsabilidade (CF, art. 29 inc. X);

Considerando o indício de fato ilícito a partir de expediente encaminhado pela Assessoria Jurídica da Procuradoria Geral de Justiça para apurar eventual ausência de reajuste remuneratório dos agentes de vigilância Ambiental em saúde e/ou combate às endemias da Prefeitura Municipal de João Pessoa/Grande/PB, desde o mês de abril de 2012, quando foi implementada a Lei Complementar nº 63/2011;

Considerando o vencimento do prazo para conclusão da presente notícia de fato e a necessidade de valorização do fato;

Considerando, desta forma, a necessidade de apuração para o descortino do indício de ato ilícito acima referido, com vistas à caracterização de materialidade, bem como da respectiva autoria;

Considerando, enfim, que a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional pertinente conferem atribuições ao Ministério Público não só para a propositura de ação penal, mas igualmente para realização de investigação criminal;

RESOLVE:

1. instaurar o presente PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL para apurar a ocorrência dos delitos imputados, identificar todos os responsáveis, coletar novas provas, caso necessário, e aquilatar o grau de responsabilidade de cada envolvido,

PIC nº 002.2015.0002569/MPPB/PGJ/CCRIMP

adotando, ao final, as medidas judiciais adequadas à espécie;

2. designar os Excelentíssimos Senhores Promotores de Justiça, integrantes da Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa instituída por portaria respectiva, devidamente publicada, para, conjunta ou separadamente, instruir o P.I.C. ora instaurado, delegando-lhes atribuições para expedir notificações, colher depoimentos, requisitar documentos e praticar todos os atos executórios necessários à completa instrução do feito;
3. designar a servidora Ana Karla Franca do Nascimento Pires, para Secretariar este Procedimento Administrativo;
4. determinar a AUTUAÇÃO e o REGISTRO desta Portaria com os instrumentos que a instruem;
5. determinar a EXPEDIENTE DE NOTIFICAÇÃO do Presidente do SINDAVAS (Rua Vidal de Negreiros, 455 - Centro - São Paulo/SP) para comparecer a esta Comissão no dia 19/09/2016, às 14h, para audiência;



Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa – CCRIMP

[illegible]

Considerando, desta forma, a necessidade de apuração para o descortino do indício de ato ilícito acima referido, com vistas à caracterização de materialidade, bem

PA nº 002.2015.002247/MPPB/PGJ/CCRIMP

como da respectiva autoria;

Considerando, enfim, que a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional pertinente conferem atribuições ao Ministério Público não só para a propositura de ação penal, mas igualmente para realização de investigação criminal;

RESOLVE:

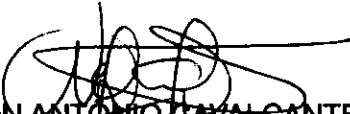
1. instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO para apurar a ocorrência dos delitos imputados, identificar todos os responsáveis, coletar novas provas, caso necessário, e aquilatar o grau de responsabilidade de cada envolvido, adotando, ao final, as medidas judiciais adequadas à espécie;
2. designar os Excelentíssimos Senhores Promotores de Justiça, integrantes da Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa instituída por esta Portaria, devidamente publicada, para, conjunta ou separadamente, proceder à instauração, delegando-lhes atribuições para expedir mandados de busca e apreensão, requisitar documentos e praticar todos os atos necessários à instrução do feito;
3. designar a servidora [nome] para Secretariar este Procedimento Administrativo;
4. determinar a AUTUAÇÃO do presente Procedimento Administrativo com os instrumentos que a instruem;
5. determinar a consulta ao TCE/PB, a fim de que sejam anexados aos autos cópias dos pareceres de auditoria, defesa, parecer do Ministério Público do Paraná de Contas e julgamento de contas relacionados ao objeto desse processo;
6. determinar a remessa de cópias das peças de informação ao Promotor de Justiça respectivo para análise dos reflexos cíveis (improbidade administrativa) das condutas perpetradas pelo investigado;
7. determinar a requisição à Prefeitura de Catingueira, no prazo de 15 dias,: a) cópia do processo licitatório, contrato, recibos, empenhos e notas fiscais de todos os serviços de poda e limpeza de canais executados pela empresa Demézio Construções LTDA, nos anos de 2014 e 2015. Notificação mediante carta precatória;
8. determinar a juntada aos autos dos documentos anexados no despacho;



PA nº 002.2015.002247/MPPB/PGJ/CCRIMP

9. determinar o envio de ofício à Receita Federal requisitando, no prazo de 15 dias, informações acerca do CNPJ nº 17.775.454/0001-37, especialmente acerca da mudança de razão social ou nome fantasia, bem como seu quadro societário e de administradores (QSA)

João Pessoa, 05 de outubro de 2016.


NELSON ANTONIO CAVALCANTE LEMOS
1º Subprocurador-Geral de Justiça



Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa – CCRIMP

PIC nº 002.2016.000037/MPPB/PGJ/CCRIMP
PORTARIA Nº 100/2016/PIC/PGJ

Considerando, desta forma, a necessidade de apuração para o descortino do indício de ato ilícito acima referido, com vistas à caracterização de materialidade, bem como da respectiva autoria;

Considerando, enfim, que a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional pertinente conferem atribuições ao Ministério Público não só para a propositura de ação penal, mas igualmente para realização de investigação criminal;

1. instaurar o presente **PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL** para apurar a ocorrência dos delitos imputados, identificar todos os responsáveis, coletar novas provas, caso necessário, e aquilatar o grau de responsabilidade de cada envolvido, adotando, ao final, as medidas judiciais adequadas à espécie;

PIC nº 002.2016.000037/MPPB/PGJ/CCRIMP

2. designar os Excelentíssimos Senhores Promotores de Justiça, integrantes da Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa instituída por portaria respectiva, devidamente publicada, para, conjunta ou separadamente, instruir o P.I.C. ora instaurado, delegando-lhes atribuições para expedir notificações, colher depoimentos, requisitar documentos e praticar todos os atos executórios necessários à completa instrução do feito;
3. designar o servidor Valter de Sousa, para Secretariar este Procedimento Administrativo;
4. determinar a AUTUAÇÃO e o REGISTRO desta Portaria com os instrumentos que a instruem;
5. determinar, nos termos do artigo 12, da Resolução CPJ/MPPB nº 002/2012, notificação da investigada para, querendo, oferecer defesa escrita no prazo de 10 (dez) dias úteis, sugerindo-lhe que o proceda por meio de advogado devidamente constituído, bem como, no âmbito do acesso aos presentes autos, em consonância com o inciso I, do referido Diploma Legal;
6. Determinar a EXTRAÇÃO dos presentes autos, a partir do sistema TRAMITA INSTRUÇÃO, relativos ao Processo TC nº 11.506/2014 (Relatório de Análise de Gestão, Parecer do Ministério Público Especial e Análise de Gestão);
7. determinar o ENCAMENTAMENTO DA PORTARIA INSTAURATIVA, por meio de ofício, ao meio de comunicação cumulativa de Pirpirituba/PB, a fim de que tome conhecimento da instauração criminal.

João Pessoa, 15 de maio de 2016.


NELSON ANTONIO CAVALCANTE LEMOS
1º Subprocurador-Geral de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa – CCRIMP

PIC nº 002.2015.000056/MPPB/PGJ/CCRIMP
PORTARIA Nº 113/2016/PIC/PGJ

O 1º SUBPROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições institucionais, com base na competência que lhe conferem os artigos 29, inciso V, da Lei Federal nº 8.625/98 e os artigos 1º, inciso XV, e 2º, parágrafos da Lei Complementar Estadual nº 97/2010 e, ainda, no artigo 1º, inciso IV, do Tribunal de Justiça para processar e julgar Prefeitos, resolve, com base no relatório de responsabilidade (CF, art. 29 inc. X);

Considerando, portanto, o fato narrado a partir do recebimento de cópia integral dos autos do Agravo em Instrumento, processo nº 2011640-84.2014.815.0000, encaminhados pelo Tribunal de Justiça da Paraíba, tendo como agravante o Aeroclube de Campina Grande e Agravado o Município de Campina Grande/PB, tendo em vista indícios de irregularidades no processo, desaprova e rejeita o referido recurso;

Considerando, desta forma, a necessidade de apuração para o descortino do indício de ato ilícito acima referido, bem como a caracterização de materialidade, bem como da respectiva autoria;

Considerando, enfim, que a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional pertinente conferem atribuições ao Ministério Público não só para a propositura de ação penal, mas igualmente para realização de investigação criminal;

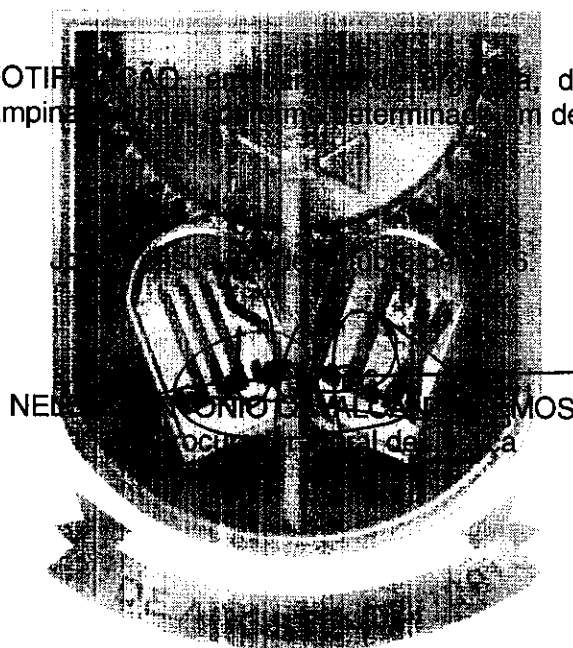
RESOLVE:

1. instaurar o presente PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL para apurar a ocorrência dos delitos imputados, identificar todos os responsáveis, coletar novas provas, caso necessário, e aquilatar o grau de responsabilidade de cada envolvido, adotando, ao final, as medidas judiciais adequadas à espécie;
2. designar os Excelentíssimos Senhores Promotores de Justiça, integrantes da

PIC nº 002.2015.000056/MPPB/PGJ/CCRIMP

Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa instituída por portaria respectiva, devidamente publicada, para, conjunta ou separadamente, instruir o P.I.C. ora instaurado, delegando-lhes atribuições para expedir notificações, colher depoimentos, requisitar documentos e praticar todos os atos executórios necessários à completa instrução do feito;

3. designar o servidor Valter de Sousa, para Secretariar este Procedimento Administrativo;
4. determinar a AUTUAÇÃO e o REGISTRO desta Portaria com os instrumentos que a instruem;
5. determinar a REITERAÇÃO DO OFÍCIO nº 646/2015, desta feita, com a advertência de que o descumprimento injustificado dos seus termos poderá implicar em responsabilidade criminal;
6. determinar a NOTIFICAÇÃO, em nome do Procurador Geral do Município de Campinas, para, com o determinado em despacho de fls..



Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa – CCRIMP

PIC nº 002.2016.000037/MPPB/PGJ/CCRIMP
PORTARIA Nº 100/2016/PIC/PGJ

Considerando, desta forma, a necessidade de apuração para o descortino do indício de ato ilícito acima referido, com vistas à caracterização de materialidade, bem como da respectiva autoria;

Considerando, enfim, que a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional pertinente conferem atribuições ao Ministério Público não só para a propositura de ação penal, mas igualmente para realização de investigação criminal;

1. instaurar o presente **PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL** para apurar a ocorrência dos delitos imputados, identificar todos os responsáveis, coletar novas provas, caso necessário, e aquilatar o grau de responsabilidade de cada envolvido, adotando, ao final, as medidas judiciais adequadas à espécie;

PIC nº 002.2016.000037/MPPB/PGJ/CCRIMP

2. designar os Excelentíssimos Senhores Promotores de Justiça, integrantes da Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa instituída por portaria respectiva, devidamente publicada, para, conjunta ou separadamente, instruir o P.I.C. ora instaurado, delegando-lhes atribuições para expedir notificações, colher depoimentos, requisitar documentos e praticar todos os atos executórios necessários à completa instrução do feito;
3. designar o servidor Valter de Sousa, para Secretariar este Procedimento Administrativo;
4. determinar a AUTUAÇÃO e o REGISTRO desta Portaria com os instrumentos que a instruem;
5. determinar, nos termos do artigo 12, da Resolução CPJ/MPPB nº 002/2012, notificação da investigada para, querendo, oferecer defesa escrita no prazo de 10 (dez) dias úteis, sugerindo-lhe que o proceda por meio de advogado devidamente constituído, bem como, no âmbito do acesso aos presentes autos, em consonância com o inciso I, do referido Diploma Legal;
6. Determinar a EXTRAÇÃO dos presentes autos, a partir do sistema TRAMITA INSTRUÇÃO, relativos ao Processo TC nº 11.506/2014 (Relatório de Análise de Gestão, Parecer do Ministério Público Especial e Análise de Gestão);
7. determinar o ENCAMENHAMENTO DA PORTARIA INSTAURATIVA, por meio de ofício, ao membro do Ministério Público de Pirpirituba/PB, a fim de que tome conhecimento da instauração criminal.

João Pessoa, 15 de maio de 2016.


NELSON ANTONIO CAVALCANTE LEMOS
1º Subprocurador-Geral de Justiça



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa – CCRIMP

**PIC nº 002.2016.003796/MPPB/PGJ/CCRIMP
PORTARIA Nº 123/2016/PIC/PGJ**

O 1º SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições institucionais, com a competência privativa que lhe conferem os artigos 29, inciso V, da Lei Federal nº 8.625/93 e incisos XXIV e XXV, 40 e 41, ambos da Lei Complementar Estadual nº 97/2010 e, ainda, com a competência privativa do Tribunal de Justiça para processar e julgar Prefeitos por prática de crimes comuns e de responsabilidade (CF, art. 29 inc. X);

Considerando que, Notícia de Fato, instaurada a partir de representação formulada por Alexandre Ferreira Batista de Andrade, apontando diversas irregularidades, com repercussão na esfera criminal, praticadas pelo ex-Prefeito de São Sebastião do Umbuzeiro/PB, com base no empenho nº 001.000.000, Tribunal de Contas Estadual em relação à prestação de contas do gestor, exercício de 2011;

Considerando que, de acordo com o relatório de análise da defesa apresentada pelo Prefeito Francisco Antônio Neves, permaneceram as seguintes irregularidades detectadas inicialmente na prestação de contas anual;

- 1) despesas sem licitação no montante de R\$ 299.559,54 (item 5.1);
- 2) inexibidades de licitação nº 01,02,03 e 04 com as seguintes inconsistências: ausência de justificativa das escolhas dos artistas, ausência de justificativas dos preços e exclusividade de representação dos artistas apenas para determinado dia e localidade (item 5.2);
- 3) contratação de atrações musicais em valores superiores aos praticados em outros municípios, causando prejuízo ao erário no montante de R\$ 15.500,00 (item 5.2);
- 4) despesas com hospedagem e alimentação das bandas musicais não previstos em contrato, no valor de R\$ 11.757,50 (item 5.2);
- 5) frustração do caráter competitivo nos convites nº 01 e 05, tendo em

PIC nº 002.2016.003796/MPPB/PGJ/CCRIMP

vista a relação entre duas empresas convidadas (item 5.3);

6) ausência de registro e recolhimento das contribuições previdenciárias, parte patronal, no montante estimado em R\$ 88.554,94 (item 11);

7) ausência de registro e recolhimento tempestivo das contribuições previdenciárias retidas dos servidores (item 11);

8) atraso no repasse dos duodécimos ao Poder Legislativo (item 12.2);

9) ausência de prestação de contas de convênio com o Estado (item 12.4);

10) pagamento de despesas ilegítima com elaboração de prestação de contas no valor de R\$ 6.000,00 (item 12.5);

Considerando, desta forma, a necessidade de apuração para o descortino do indício de ato ilícito acima referido, com vistas à caracterização de materialidade, bem como da respectiva autoria;

Considerando, ainda, que a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional pertinente determinam que o Poder Público não só para a propositura de ação penal, mas também para a investigação criminal;

RESOLVE:

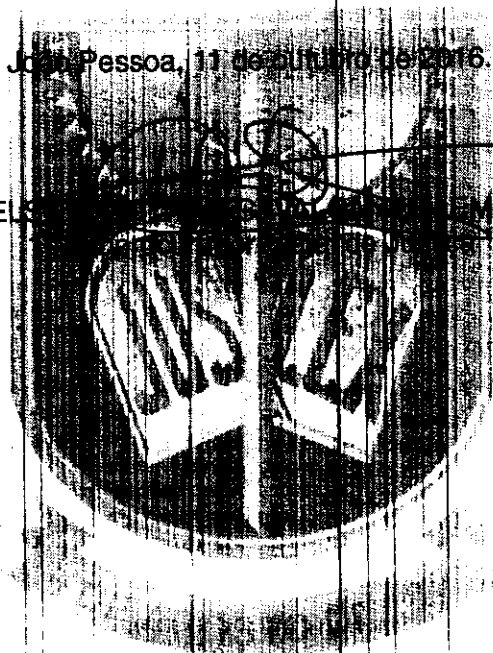
1. instaurar o presente **PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL** para apurar a ocorrência dos delitos imputados aos responsáveis, coletar novas provas, caso necessário, e estabelecer a responsabilidade de cada envolvido, adotando, ao final, as medidas judiciais adequadas à espécie;
2. designar os Excelentíssimos Senhores Promotores de Justiça, integrantes da Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa instituída por portaria respectiva, devidamente publicada, para, conjunta ou separadamente, instruir o P.I.C. ora instaurado, delegando-lhes atribuições para expedir notificações, colher depoimentos, requisitar documentos e praticar todos os atos executórios necessários à completa instrução do feito;
3. designar o servidor Valter de Sousa, para Secretariar este Procedimento Administrativo;
4. determinar a AUTUAÇÃO e o REGISTRO desta Portaria com os instrumentos que a instruem;

PIC nº 002.2016.003796/MPPB/PGJ/CCRIMP

5. determinar a expedição de ofício, através de precatória, ao Secretário de Administração de São Sebastião de Umbuzeiro/PB, requisitando cópias dos procedimentos de inexigibilidade de licitação nº 01/2011, nº 02/2011, nº 03/2011 e nº 04/2011, bem como dos convites nº 01/2011 e nº 05/2011, realizados pela Prefeitura, acompanhados dos comprovantes de pagamento (cheques, notas fiscais, recibos);
6. determinar a notificação, através de Precatória, do Prefeito de São Sebastião de Umbuzeiro/PB para, querendo, apresentar defesa no prazo de 15 dias;
7. determinar a expedição de ofício ao Promotor de Justiça com atuação na defesa do patrimônio público da Promotoria de Justiça de Monteiro remetendo cópias dos documentos oriundos do Tribunal de Contas Estadual (fls. 06 e ss.) para a adoção das medidas cabíveis no aspecto cível,

João Pessoa, 11 de outubro de 2016.

NELSON DE ALMEIDA MORAES





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa - CCRIMP

PIC nº 002.2015.000129/MPPB/PGJ/CCRIMP
PORTARIA Nº 122/2016/PIC/PGJ

O 1º SUPLENTE, no uso de suas atribuições institucionais, com base no art. 29, inciso V, da Lei Federal nº 8.625/93, da Lei Estadual nº 97/2010 e, ainda, no art. 29 inc. X);

PROCURADORIA, no uso de suas atribuições institucionais, com base no art. 29, inciso V, da Lei Federal nº 8.625/93, da Lei Estadual nº 97/2010 e, ainda, no art. 29 inc. X);

Considerando que, no exercício financeiro 2013/2014, a Mayer e Guimarães LTDA recebeu dos cofres públicos do Município de Mamanguape, valor estimado de contratação que ultrapassou o montante de R\$ 320.000,009 trezentos e vinte mil reais), por participação em três certames licitatórios;

Considerando que, no exercício financeiro 2013/2014, a Mayer e Guimarães LTDA recebeu dos cofres públicos do Município de Mamanguape, valor estimado de contratação que ultrapassou o montante de R\$ 320.000,009 trezentos e vinte mil reais), por participação em três certames licitatórios;

Considerando que, em relação à licitação modalidade convite nº 0015/2013, independente de análise dos documentos comprobatórios de despesas que instruíram as notas de empenho a ela pertinente, pode-se constatar, em princípio, de um lado, indícios de irregularidades norteadores da administração pública e, de outro, vício que frustrou a livre competitividade do certame;

Considerando que, em relação à licitação modalidade convite nº 0015/2013, independente de análise dos documentos comprobatórios de despesas que instruíram as notas de empenho a ela pertinente, pode-se constatar, em princípio, de um lado, indícios de irregularidades norteadores da administração pública e, de outro, vício que frustrou a livre competitividade do certame;

PIC nº 002.2015.000129/MPPB/PGJ/CCRIMP

Considerando que Paulo Henrique de Oliveira Pinto, membro atuante da comissão licitante, é cunhado de Eduardo Barros Mayer Junior, sócio da Mayer e Guimarães LTDA (Lei nº 8.666/93, art. 9º, III, e art. 22, §6º);

Considerando que fora convidada, pelo ente federativo, a Mayer e Guimarães LTDA, Gustavo Gadelha Suassuna - ME e Depósito Geral de Suprimentos Hospitalares LTDA, sendo a segunda empresa, conforme informações da GAECO, uma "empresa de fachada" e o endereço fornecido pela terceira empresa "não existe no logradouro" (Lei nº 8666/93, art. 90);

Considerando, desta forma, a necessidade de apuração para o descortino do indício de ato ilícito acima referido, com vistas à caracterização de materialidade, bem como da respectiva autoria;

Considerando a relevância da matéria para a administração Federal e a legislação infraconstitucional pertinente, a necessidade de apuração do fato pelo Ministério Público não só para a propositura de ação penal, mas também para a investigação criminal;


RESOLVE:

1. instaurar o presente Procedimento CRIMINAL para apurar a ocorrência dos delitos, determinar a coleta de provas, caso necessário, e a identificação de cada envolvido, adotando, ao final, a medida mais adequada;
2. designar os Excelentíssimos Senhores Juizes de Justiça, integrantes da Comissão de Combate à Corrupção, para assumir a responsabilidade e à Improbidade Administrativa instituída por portaria respectiva devidamente publicada, para, conjunta ou separadamente, instruir o Processo Criminal instaurado, delegando-lhes atribuições para expedir necessários encaminhamentos, requisitar documentos e praticar todos os atos executórios necessários à completa instrução do feito;
3. designar o servidor Valter de Sousa, para Secretariar este Procedimento Administrativo;
4. determinar a AUTUAÇÃO e o REGISTRO desta Portaria com os instrumentos que a instruem;
5. determinar a expedição de ofício ao Secretário de Administração de Monteiro/PB, através de precatória, requisitando cópia dos procedimentos licitatórios convite nº 02/2012 e pregão presencial nº 6019/2014 realizados pela Prefeitura Municipal de Monteiro/PB;

PIC nº 002.2015.000129/MPPB/PGJ/CCRIMP

6. determinar a expedição de ofício ao Secretário de Administração de Sumé/PB, através de precatória, requisitando cópia dos procedimentos licitatórios pregão presencial nº 09/2014 realizados pela Prefeitura Municipal de Sumé/PB.

João Pessoa, 11 de outubro de 2016.


NELSON ANTONIO CAVALCANTE LEMOS
1º Subprocurador-Geral de Justiça





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa – CCRIMP

PAI nº 002.2016.002246/MPPB/PGJ/CCRIMP
PORTARIA Nº 086/2016/PAI/PGJ

O 1º SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições institucionais, com a legitimidade privativa que lhe conferem os artigos 29, inciso V, da Lei Federal nº 8.625/93, §§ 1º e 2º, incisos XXIV e XXV, 40, V, ambos da Lei Complementar Estadual nº 97/2010 e, ainda, diante da competência originária do Tribunal de Justiça para processar e julgar Prefeitos pela prática de crimes comuns e de responsabilidade (CF, art. 29 inc. X);

Considerando a notícia de fato oriunda de denúncia formulada pelo Sr. José Humberto de Sales, vereador do Município de Taperoá, imputando ao Prefeito daquela edilidade, Sr. Jurandir Gouveia Farias, conduta criminosa consistente no crime de prevaricação e fraude em licitação em benefício do terceiro, Sr. Girleudo Feitosa da Silva Lima, proprietário da empresa GIRLEUDO FEITOSA DA SILVA LIMA ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 1.058.915/0001-36;

Considerando que, de acordo com os fatos ventilados na representação, o noticiado, mesmo após ser avisado que a empresa beneficiada, GIRLEUDO FEITOSA DA SILVA LIMA ME, havia falsificado a assinatura do engenheiro civil Robson Barros de Araújo para obtenção de documentos técnicos necessários à medições e comprovação técnica em processos de licitação, firmou contratos com a referida empresa, no ano de 2014, no importe de R\$ 1.266.414,04 (um milhão, duzentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e quatorze reais e quatro centavos);

Considerando que constam nos autos a declaração do engenheiro Robson Barros de Araújo afirmando que desconhece a assinatura dos documentos apresentados pela empresa à Prefeitura, bem como outros documentos que atestam a diferença gritante entre as assinaturas firmadas;

Considerando que em consulta ao sistema SAGRES ON LINE do TCE/PB, constata-se a contratação da empresa investigada pela Prefeitura de Taperoá, nos anos de 2014 a 2016, no importe de R\$ 631.966,09 (seiscentos e trinta e um mil, novecentos e sessenta e seis reais e nove centavos);

PAI nº 002.2016.002246/MPPB/PGJ/CCRIMP

Considerando, portanto, a necessidade de apuração para o descortino do indício de ato ilícito acima referido, com vistas à caracterização de materialidade, bem como da respectiva autoria;

Considerando, enfim, que a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional pertinente conferem atribuições ao Ministério Público não só para a propositura de ação penal, mas igualmente para realização de investigação criminal;

RESOLVE:

1. instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INVESTIGATÓRIO para apurar a ocorrência dos delitos imputados, identificar todos os responsáveis, coletar novas provas, caso necessário, e aquilatar o grau de responsabilidade de cada envolvido, adotando, ao final, as medidas judiciais adequadas à espécie;
2. designar os Excelentíssimos Senhores Promotores de Justiça, integrantes da Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa instituída pela portaria respectiva, devidamente publicada, para, conjunta ou separadamente, instruir o PAI aqui instaurado, delegando-lhes atribuições para expedições, colher depoimentos, requisitar documentos e praticar todos os atos necessários à completa instrução do feito;
3. designar o servidor ~~Antônio de Souza~~ para Secretariar este Procedimento Administrativo;
4. determinar a AUTUAÇÃO e o ~~ABERTURA~~ desta Portaria com os instrumentos que a instruem;
5. determinar a consulta ao sistema ~~Tramita no TOE/PB~~, a fim de que sejam anexados aos autos cópias de documentos de auditoria, defesa, parecer do Ministério Público de Contas e julgamento de contas relacionados ao objeto desse processo;
6. determinar a expedição de ofício à Promotoria de Justiça de Taperoá solicitando, no prazo de 15 (quinze) dias, informações acerca do andamento do procedimento em tramitação naquela Promotoria, cujo objeto é o fato investigado nestes autos;
7. determinar a junção aos autos dos documentos anexados ao despacho;
8. determinar a expedição de ofício à Prefeitura de Taperoá, via precatória, requisitando, no prazo de 15 (quinze) dias, cópia de todas as licitações vencidas pela empresa GIRLEUDO FEITOSA DE SILVA LIMA ME, nos anos de 2013 a 2016, bem como recibos de pagamento, empenhos, notas fiscais, medições de obra e

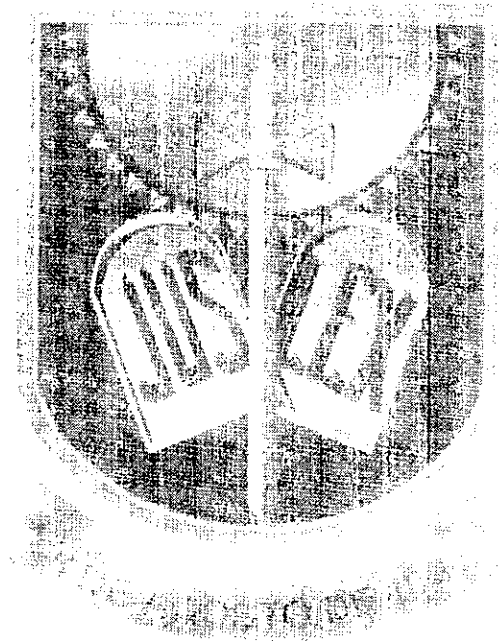
PAI nº 002.2016.002246/MPPB/PGJ/CCRIMP

outros documentos técnicos de engenharia apresentados pela empresa para fins de pagamento;

9. determinar a expedição de ofício ao noticiante para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos cópia do ofício enviado à Prefeitura de Taperoá, devidamente recebido, comunicando a falsificação da assinatura do engenheiro Robson Barros de Araújo. Notificação mediante precatória.

João Pessoa, 28 de julho de 2016.


NELSON ANTONIO CAVALCANTE LEMOS
1º Subprocurador-Geral de Justiça



Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa – CCRIMP

PIC nº 002.2015.002597/MPPB/PGJ/CCRIMP
PORTARIA Nº 104/2016/PIC/PGJ

Considerando, enfim, que a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional pertinente conferem atribuições ao Ministério Público não só para a propositura de ação penal, mas igualmente para realização de investigação criminal;

1. instaurar o presente **PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL** para apurar a ocorrência dos delitos imputados, identificar todos os responsáveis, coletar novas provas, caso necessário, e aquilatar o grau de responsabilidade de cada envolvido, adotando, ao final, as medidas judiciais adequadas à espécie;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa – CCRIMP

PAI nº 002.2016.002246/MPPB/PGJ/CCRIMP
PORTARIA Nº 086/2016/PAI/PGJ

O 1º SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições institucionais, com a legitimidade privativa que lhe conferem os artigos 29, inciso V, da Lei Federal nº 8.625/93, §§ 1º e 2º, incisos XXIV e XXV, 40, V, ambos da Lei Complementar Estadual nº 97/2010 e, ainda, diante da competência originária do Tribunal de Justiça para processar e julgar Prefeitos pela prática de crimes comuns e de responsabilidade (CF, art. 29 inc. X);

Considerando a notícia de fato oriunda de denúncia formulada pelo Sr. José Humberto de Sales, vereador do Município de Taperoá, imputando ao Prefeito daquela edilidade, Sr. Jurandir Gouveia Farias, conduta criminosa consistente no crime de prevaricação e fraude em licitação em benefício do terceiro, Sr. Girleudo Feitosa da Silva Lima, proprietário da empresa GIRLEUDO FEITOSA DA SILVA LIMA ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 1.058.915/0001-36;

Considerando que, de acordo com os fatos ventilados na representação, o noticiado, mesmo após ser avisado que a empresa beneficiada, GIRLEUDO FEITOSA DA SILVA LIMA ME, havia falsificado a assinatura do engenheiro civil Robson Barros de Araújo para obtenção de documentos técnicos necessários à medições e comprovação técnica em processos de licitação, firmou contratos com a referida empresa, no ano de 2014, no importe de R\$ 1.266.414,04 (um milhão, duzentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e quatorze reais e quatro centavos);

Considerando que constam nos autos a declaração do engenheiro Robson Barros de Araújo afirmando que desconhece a assinatura dos documentos apresentados pela empresa à Prefeitura, bem como outros documentos que atestam a diferença gritante entre as assinaturas firmadas;

Considerando que em consulta ao sistema SAGRES ON LINE do TCE/PB, constata-se a contratação da empresa investigada pela Prefeitura de Taperoá, nos anos de 2014 a 2016, no importe de R\$ 631.966,09 (seiscentos e trinta e um mil, novecentos e sessenta e seis reais e nove centavos);

PAI nº 002.2016.002246/MPPB/PGJ/CCRIMP

Considerando, portanto, a necessidade de apuração para o descortino do indício de ato ilícito acima referido, com vistas à caracterização de materialidade, bem como da respectiva autoria;

Considerando, enfim, que a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional pertinente conferem atribuições ao Ministério Público não só para a propositura de ação penal, mas igualmente para realização de investigação criminal;

RESOLVE:

1. instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INVESTIGATÓRIO para apurar a ocorrência dos delitos imputados, identificar todos os responsáveis, coletar novas provas, caso necessário, e aquilatar o grau de responsabilidade de cada envolvido, adotando, ao final, as medidas judiciais adequadas à espécie;
2. designar os Excelentíssimos Senhores Promotores de Justiça, integrantes da Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa instituída pela portaria respectiva, devidamente publicada, para, conjunta ou separadamente, instruir o PAI aqui instaurado, delegando-lhes atribuições para expedições, colher depoimentos, requisitar documentos e praticar todos os atos necessários à completa instrução do feito;
3. designar o servidor ~~Antônio de Souza~~ para Secretariar este Procedimento Administrativo;
4. determinar a AUTUAÇÃO e o ~~ABERTURA~~ desta Portaria com os instrumentos que a instruem;
5. determinar a consulta ao sistema ~~Tramita no TOE/PB~~, a fim de que sejam anexados aos autos cópias de documentos de auditoria, defesa, parecer do Ministério Público de Contas e julgamento de contas relacionados ao objeto desse processo;
6. determinar a expedição de ofício à Promotoria de Justiça de Taperoá solicitando, no prazo de 15 (quinze) dias, informações acerca do andamento do procedimento em tramitação naquela Promotoria, cujo objeto é o fato investigado nestes autos;
7. determinar a junção aos autos dos documentos anexados ao despacho;
8. determinar a expedição de ofício à Prefeitura de Taperoá, via precatória, requisitando, no prazo de 15 (quinze) dias, cópia de todas as licitações vencidas pela empresa GIRLEUDO FEITOSA DE SILVA LIMA ME, nos anos de 2013 a 2016, bem como recibos de pagamento, empenhos, notas fiscais, medições de obra e

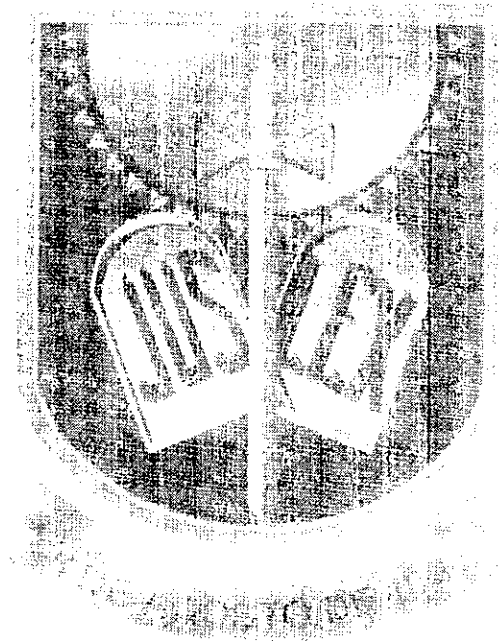
PAI nº 002.2016.002246/MPPB/PGJ/CCRIMP

outros documentos técnicos de engenharia apresentados pela empresa para fins de pagamento;

9. determinar a expedição de ofício ao noticiante para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos cópia do ofício enviado à Prefeitura de Taperoá, devidamente recebido, comunicando a falsificação da assinatura do engenheiro Robson Barros de Araújo. Notificação mediante precatória.

João Pessoa, 28 de julho de 2016.


NELSON ANTONIO CAVALCANTE LEMOS
1º Subprocurador-Geral de Justiça





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa – CCRIMP

PIC nº 002.2016.003238/MPPB/PGJ/CCRIMP
PORTARIA Nº 090/2016/PIC/PGJ

O 1º SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições institucionais, com a finalidade de privativa que lhe conferem os artigos 29, inciso V, da Lei Federal nº 8.625/93, artigos XXIV e XXV, dos parágrafos da Lei Complementar Estadual nº 97/2010 e, ainda, com a competência conferida ao Tribunal de Justiça para processar e julgar Prefeitos por prática de crimes contra a administração pública (CF, art. 29 inc. X);

Considerando a notitia de fato instruída a partir de fotocópias de autos judiciais encaminhados ao Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Guarabira/PB, sugerindo a prática do crime de improbidade descrito no artigo 319 do Código Penal pelo atual gestor do município de Guarabira, bem como o omitido em dar seguimento à execução fiscal movida em desfavor do município de Guarabira dos Santos;

Considerando a necessidade de apuração para o descortino do indício de ato ilícito acima referido, com vistas à caracterização de materialidade, bem como da respectiva autoria;

Considerando, enfim, que a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional pertinente conferem atribuições ao Ministério Público não só para a propositura de ação penal, mas igualmente para realização de investigação criminal;

RESOLVE:

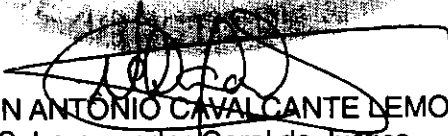
1. instaurar o presente PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL para apurar a ocorrência dos delitos imputados, identificar todos os responsáveis, coletar novas provas, caso necessário, e aquilatar o grau de responsabilidade de cada envolvido, adotando, ao final, as medidas judiciais adequadas à espécie;
2. designar os Excelentíssimos Senhores Promotores de Justiça, integrantes da

PIC nº 002.2016.003238/MPPB/PGJ/CCRIMP

Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa instituída por portaria respectiva, devidamente publicada, para, conjunta ou separadamente, instruir o P.I.C. ora instaurado, delegando-lhes atribuições para expedir notificações, colher depoimentos, requisitar documentos e praticar todos os atos executórios necessários à completa instrução do feito;

3. designar o servidor Valter de Sousa, para Secretariar este Procedimento Administrativo;
4. determinar a AUTUAÇÃO e o REGISTRO desta Portaria com os instrumentos que a instruem;
5. determinar, nos termos do artigo 12, da Resolução CPJ/MPPB n.º 002/2012, notificação à investigada para, querendo, oferecer defesa escrita no prazo de 10 (dez) dias úteis, sugerindo-lhe que o proceda por meio de advogado devidamente constituído, bem como lhe franqueando amplo e irrestrito acesso aos presentes autos, em consonância com o disposto no art. 12, § 1º, inciso I, do referido Diploma Legal;
6. determinar o encaminhamento da fotocópia da presente Instaurativa, por meio de ofício, ao membro coordenador do Patrimônio Público da Promotoria de Justiça Cumulativa de Guarabá, para, em seu conhecimento da presente investigação criminal, providenciar a obtenção das informações a respeito da existência de investigação em andamento (Procedimento Administrativo ou Inquérito Civil Público) para apurar a repetição ou não dos fatos mencionados, como também de elementos probatórios que possam contribuir para a apuração que ora se inicia.

João Pessoa, 16 de agosto de 2016.


NELSON ANTONIO CAVALCANTE LEMOS
1º Subprocurador-Geral de Justiça



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa – CCRIMP

**PIC nº 002.2016.003799/MPPB/PGJ/CCRIMP
PORTARIA Nº 127/2016/PIC/PGJ**

O 1º SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições institucionais, com a legitimidade privativa que lhe conferem os artigos 29, inciso V, da Lei Federal nº 8.625/93, 15, incisos XXIV e XXV, 40, V, ambos da Lei Complementar Estadual nº 97/2010 e, ainda, diante da competência originária do Tribunal de Justiça para processar e julgar Prefeitos pela prática de crimes comuns e de responsabilidade (CF, art. 29 inc. X);

Considerando as peças de informação oriundas de TCE-PB, referentes ao Processo TC nº 17641/13 (Acórdão AC1-TC nº 00309/16), que trata da análise acerca da acumulação de cargos, empregos e funções públicas por servidores da Prefeitura Municipal de Desterro/PB;

Considerando que, em suas conclusões, o referido processo noticia as seguintes irregularidades cuja competência insere-se nas atribuições deste Órgão Ministerial: Acumulação de cargos, empregos e funções públicas (art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal);

Considerando, desta forma, a necessidade de apuração para o descortino do indício de ato ilícito acima referido, com vistas à caracterização de materialidade, bem como da respectiva autoria;

Considerando, enfim, que a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional pertinente conferem atribuições ao Ministério Público não só para a propositura de ação penal, mas igualmente para realização de investigação criminal;

RESOLVE:

1. instaurar o presente PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL para apurar a ocorrência dos delitos imputados, identificar todos os responsáveis, coletar novas

PIC nº 002.2016.003799/MPPB/PGJ/CCRIMP

provas, caso necessário, e aquilatar o grau de responsabilidade de cada envolvido, adotando, ao final, as medidas judiciais adequadas à espécie;

2. designar os Excelentíssimos Senhores Promotores de Justiça, integrantes da Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa instituída por portaria respectiva, devidamente publicada, para, conjunta ou separadamente, instruir o P.I.C. ora instaurado, delegando-lhes atribuições para expedir notificações, colher depoimentos, requisitar documentos e praticar todos os atos executórios necessários à completa instrução do feito;
3. designar o servidor Valter de Sousa, para Secretariar este Procedimento Administrativo;
4. determinar a AUTUAÇÃO e o REGISTRO desta Portaria com os instrumentos que a instruem;
5. determinar que seja OFICIADO AO PROMOTOR DE JUSTIÇA DA COMARCA informando a instauração do presente P.I.C., bem assim o seu número de registro nesta CCRIMP e encaminhando cópias das presentes peças para as providências pertinentes no âmbito cível;
6. determinar NOTIFICAÇÃO DA INVESTIGADA, Rosângela de Fátima Leite, Prefeita Constitucional de Desterro, para, querendo, apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de advogado habilitado, facultando-lhes, em cartório, vista dos presentes autos.

João Pessoa, 07 de novembro de 2016.


NELSON ANTONIO CAVALCANTE LEMOS
1º Subprocurador-Geral de Justiça



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa – CCRIMP

**PIC nº 002.2016.003797/MPPB/PGJ/CCRIMP
PORTARIA Nº 129/2016/PIC/PGJ**

O 1º SUBPROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições institucionais, com base na competência que lhe conferem os artigos 29, inciso V, da Lei Federal nº 8.625/93, o inciso XXV dos parágrafos da Lei Complementar Estadual nº 97/2010 e, ainda, no artigo 1º, inciso II do Estatuto do Tribunal de Justiça para processar e julgar Prefeitos e demais autoridades de responsabilidade (CF, art. 29 inc. X);

Considerando que a presente ação se baseia a partir de peças de informações oriundas do TCE referentes ao processo nº 17679/13 (Acórdão AC1-TC nº 542/16) que trata da atribuição de cargos, empregos e funções públicas por servidores da Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB.

Considerando, desta forma, a necessidade de apuração para o descortino do indício de ato ilícito acima referido, com vista à caracterização de materialidade, bem como da respectiva autoria;

Considerando, enfim, que a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional pertinente conferem atribuições ao Ministério Público não só para a propositura de ação penal, mas igualmente para realização de investigação criminal;

RESOLVE:

1. instaurar o presente PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL para apurar a ocorrência dos delitos imputados, identificar todos os responsáveis, coletar novas provas, caso necessário, e aquilatar o grau de responsabilidade de cada envolvido, adotando, ao final, as medidas judiciais adequadas à espécie;
2. designar os Excelentíssimos Senhores Promotores de Justiça, integrantes da Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade

PIC nº 002.2016.003797/MPPB/PGJ/CCRIMP

Administrativa instituída por portaria respectiva, devidamente publicada, para, conjunta ou separadamente, instruir o P.I.C. ora instaurado, delegando-lhes atribuições para expedir notificações, colher depoimentos, requisitar documentos e praticar todos os atos executórios necessários à completa instrução do feito;

3. designar o servidor Walter de Sousa, para Secretariar este Procedimento Administrativo;
4. determinar a AUTUAÇÃO e o REGISTRO desta Portaria com os instrumentos que a instruem;
5. determinar a expedição de ofício ao Promotor de Justiça da Comarca, informando a instauração do presente PIC, bem como o número do registro nesta CCRIMP e encaminhamento de cópias das presentes peças, para as providências pertinentes ao âmbito cível;
6. Determinar a notificação da Sra. Ana de Andrade Barbosa, Prefeita Constitucional, para, querendo, apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, facultando-lhes, em cartório, vista dos presentes autos.



Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa – CCRIMP

[illegible]

Considerando que os fatos narrados na a partir de documentação encaminhada pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, contendo algumas peças alusivas ao Processo TC nº 00790/2016, em virtude das quais se tem a prática do crime de responsabilidade descrito no art. 2º da Lei Complementar nº 67/1975, Decreto-Lei nº 201/1967, pelo atual gestor de Mataraca/PB, em razão dos fatos acima expostos e em cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

Considerando, desta forma, a necessidade de apuração para o descortino do indício de ato ilícito acima referido, com vistas à caracterização de materialidade, bem como da respectiva autoria;

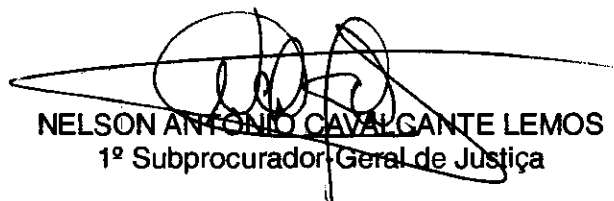
Considerando, enfim, que a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional pertinente conferem atribuições ao Ministério Público não só para a propositura de ação penal, mas igualmente para realização de investigação criminal;

1. instaurar o presente **PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL** para apurar a ocorrência dos delitos imputados, identificar todos os responsáveis, coletar novas provas, caso necessário, e aquilatar o grau de responsabilidade de cada envolvido, adotando, ao final, as medidas judiciais adequadas à espécie;

PIC nº 002.2016.000479/MPPB/PGJ/CCRIMP

2. designar os Excelentíssimos Senhores Promotores de Justiça, integrantes da Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa instituída por portaria respectiva, devidamente publicada, para, conjunta ou separadamente, instruir o P.I.C. ora instaurado, delegando-lhes atribuições para expedir notificações, colher depoimentos, requisitar documentos e praticar todos os atos executórios necessários à completa instrução do feito;
3. designar o servidor Valter de Sousa, para Secretariar este Procedimento Administrativo;
4. determinar a AUTUAÇÃO e o REGISTRO desta Portaria com os instrumentos que a instruem;
5. determinar, nos termos do artigo 12, da Resolução CPJ/MPPB nº 002/2012, notificação ao investigado para, querendo, oferecer defesa escrita no prazo de 10 (dez) dias úteis, sugerindo-lhe que a proceça por meio de advogado devidamente constituído, bem como que tenha livre e pleno acesso aos presentes autos, em consonância com o inciso I, do referido Diploma Legal;
6. Determinar a EXTRAÇÃO dos autos, a partir da mídia digital encaminhada, relativas ao Processo TC nº 11410/2014 (Relatório Público Especial e Análise de Responsabilidade), Parecer do Ministério Público Especial e Análise de Responsabilidade;
7. determinar o ENCAMINHAMENTO DE FOTOCOPIA da Portaria Instaurativa, por meio de ofício, ao meio eletrônico do Arquivo Público da Promotoria de Justiça Cumulativa de Justiça Criminal, para que tome conhecimento da presente investigação criminal e para que providencie qualquer elemento probatório que possa contribuir para a instrução da investigação que ora se inicia.

João Pessoa, 20 de setembro de 2016.


NELSON ANTONIO CAVALCANTE LEMOS
 1º Subprocurador Geral de Justiça



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa – CCRIMP

**PIC nº 002.2016.000489/MPPB/PGJ/CCRIMP
PORTARIA Nº 106/2016/PIC/PGJ**

O 1º SUPLENTE DO MINISTRO DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições institucionais, com base nas atribuições que conferem os artigos 29, inciso V, da Lei Federal nº 8.625/93, o inciso XXV, dos parágrafos da Lei Complementar Estadual nº 97/2010 e, ainda, no inciso III, do artigo 1º do Tribunal de Justiça para processar e julgar Prefeitos Municipais, no âmbito da Comissão de Responsabilidade (CF, art. 29 inc. X);

Considerando que a presente denúncia foi encaminhada a partir de documentação encaminhada pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, contendo algumas peças alusivas ao Processo TC nº 002/2016, em que se alega a prática do crime de responsabilidade descrito no artigo 2º da Lei nº 201/1967, pelo atual gestor de Itapororoca/PB, em razão do não cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

Considerando, desta forma, a necessidade de apuração para o descortino do indício de ato ilícito acima referido, com vistas à caracterização de materialidade, bem como da respectiva autoria;

Considerando, enfim, que a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional pertinente conferem atribuições ao Ministério Público não só para a propositura de ação penal, mas igualmente para realização de investigação criminal;

RESOLVE:

1. instaurar o presente PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL para apurar a ocorrência dos delitos imputados, identificar todos os responsáveis, coletar novas provas, caso necessário, e aquilatar o grau de responsabilidade de cada envolvido, adotando, ao final, as medidas judiciais adequadas à espécie;

PIC nº 002.2016.000489/MPPB/PGJ/CCRIMP

2. designar os Excelentíssimos Senhores Promotores de Justiça, integrantes da Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa instituída por portaria respectiva, devidamente publicada, para, conjunta ou separadamente, instruir o P.I.C. ora instaurado, delegando-lhes atribuições para expedir notificações, colher depoimentos, requisitar documentos e praticar todos os atos executórios necessários à completa instrução do feito;
3. designar o servidor Valter de Sousa, para Secretariar este Procedimento Administrativo;
4. determinar a AUTUAÇÃO e o REGISTRO desta Portaria com os instrumentos que a instruem;
5. determinar, nos termos do artigo 12, da Resolução CPJ/MPPB nº 002/2012, notificação ao investigado para, querendo, oferecer defesa escrita no prazo de 10 (dez) dias úteis, sugerindo-lhe que o proceda por meio de advogado devidamente constituído, bem como, para que o investigado tenha livre acesso aos presentes autos, em consonância com o inciso I, do referido Diploma Legal;
6. Determinar a EXTRAÇÃO dos autos, a partir da mídia digital encaminhada, relativas ao Processo TC nº 11382/2014 (Relatório Público Especial e A...); Parecer do Ministério
7. determinar o ENCAMINHAMENTO DA FOTOCOPIA da Portaria Instaurativa, por meio de ofício, ao meio eletrônico do Arquivo Público da Promotoria de Justiça Cumulativa de... de que tome conhecimento da presente investigação criminal.

João Pessoa, 20 de setembro de 2016.


NELSON ANTONIO CAVALCANTE LEMOS
1º Subprocurador Geral de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa – CCRIMP

PIC nº 002.2015.002666/MPPB/PGJ/CCRIMP
PORTARIA Nº 112/2016/PIC/PGJ

O 1º SUPLENTE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições institucionais, com base na competência que lhe conferem os artigos 29, inciso V, da Lei Federal nº 8.625/93, o inciso XXV, dos parágrafos da Lei Complementar Estadual nº 97/2010 e, ainda, no art. 1º, inciso III, do Estatuto do Tribunal de Justiça para processar e julgar Prefeitos, no âmbito do crime de responsabilidade (CF, art. 29 inc. X);

Considerando que, após a remessa, pelo Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, da competência de Precatórios, de cópias de documentos dos autos do processo nº 06.001016/002, tendo como devedor o Município de Serra Talhada, não houve a quebra da ordem cronológica de pagamento.

Considerando que, conforme relatado pelo referido Magistrado, “os pagamentos efetuados pela Prefeitura Municipal de Serra Talhada não respeitaram a lista cronológica de seus precatórios”.

Considerando, desta forma, a necessidade de apuração para o descortino do indício de ato ilícito acima referido, com vistas à caracterização de materialidade, bem como da respectiva autoria;

Considerando, enfim, que a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional pertinente conferem atribuições ao Ministério Público não só para a propositura de ação penal, mas igualmente para realização de investigação criminal;

RESOLVE:

1. instaurar o presente PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL para apurar a ocorrência dos delitos imputados, identificar todos os responsáveis, coletar novas

PIC nº 002.2015.002668/MPPB/PGJ/CCRIMP

provas, caso necessário, e aquilatar o grau de responsabilidade de cada envolvido, adotando, ao final, as medidas judiciais adequadas à espécie;

2. designar os Excelentíssimos Senhores Promotores de Justiça, integrantes da Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa instituída por portaria respectiva, devidamente publicada, para, conjunta ou separadamente, instruir o P.I.C. ora instaurado, delegando-lhes atribuições para expedir notificações, colher depoimentos, requisitar documentos e praticar todos os atos executórios necessários à completa instrução do feito;
3. designar o servidor Valter de Sousa, para Secretariar este Procedimento Administrativo;
4. determinar a AUTUAÇÃO e o REGISTRO desta Portaria com os instrumentos que a Instruem;
5. determinar a NOTIFICAÇÃO do Sr. [REDACTED] Serra Branca/PB, através de carta precatória, para comparecer ao Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de [REDACTED] Paraíba.



Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa – CCRIMP

[illegible]

Considerando, enfim, que a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional pertinente conferem atribuições ao Ministério Público não só para a propositura de ação penal, mas igualmente para realização de investigação criminal;

1. instaurar o presente PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL para apurar a ocorrência dos delitos imputados, identificar todos os responsáveis, coletar novas provas, caso necessário, e aquilatar o grau de responsabilidade de cada envolvido, adotando, ao final, as medidas judiciais adequadas à espécie;
2. designar os Excelentíssimos Senhores Promotores de Justiça, integrantes da

PIC nº 002.2015.002779/MPPB/PGJ/CCRIMP

Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa instituída por portaria respectiva, devidamente publicada, para, conjunta ou separadamente, instruir o P.I.C. ora instaurado, delegando-lhes atribuições para expedir notificações, colher depoimentos, requisitar documentos e praticar todos os atos executórios necessários à completa instrução do feito;

3. designar o servidor Valter de Sousa, para Secretariar este Procedimento Administrativo;
4. determinar a AUTUAÇÃO e o REGISTRO desta Portaria com os instrumentos que a instruem;
5. determinar, nos termos do artigo 12, da Resolução CPJ/MPPB nº 002/2012, notificação ao investigado para, querendo, oferecer defesa escrita no prazo de 10 (dez) dias úteis, sugerindo-lhe que o proceda por meio de advogado devidamente constituído, bem como, ~~lhe franqueando amplo e irrestrito acesso aos presentes autos, em consonância com o disposto no inciso I, do referido Diploma Legal;~~
6. Determinar a EXTRAÇÃO dos autos dos autos, a partir da mídia digital encaminhada, relativas ao Processo TC nº 11407/2014 (Relatório de Análise de Defesa, Parecer do Ministério Público Especial e Análise de Defesa);
7. determinar o ENCAMINHAMENTO da Portaria Instaurativa, por meio de ofício, ao Ministério da Promotoria de Justiça Cumulativa de Mari/PB, a fim de que tome conhecimento do presente procedimento Preparatório ou Inquérito Civil Público), bem como dos fatos mencionados, como também quaisquer outras informações que eventualmente venham a contribuir para a apuração que ora se inicia.

João Pessoa, 15 de setembro de 2016.


NELSON ANTÔNIO CAVALCANTE LEMOS
1º Subprocurador-Geral de Justiça